

MUNICÍPIO DE CAMPO MAIOR



COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA

PLANO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS

CADERNO I

GTF CAMPO MAIOR 2014

Índice

1. CARATERIZAÇÃO FÍSICA.....	4
1.1. ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO DO CONCELHO	4
1.2. HIPSOMETRIA.....	5
1.3. DECLIVE	8
1.4. EXPOSIÇÃO	10
1.5. HIDROGRAFIA.....	12
2. CARATERIZAÇÃO CLIMÁTICA.....	14
2.1. TEMPERATURA DO AR	14
2.2. HUMIDADE RELATIVA DO AR.....	16
2.3. PRECIPITAÇÃO.....	17
2.4. VENTO.....	19
3. CARATERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO.....	23
3.1. POPULAÇÃO RESIDENTE POR CENSO E FREGUESIA (1991 – 2001 - 2011) E DENSIDADE POPULACIONAL (2001 - 2011)	23
3.2. ÍNDICE DE ENVELHECIMENTO E SUA EVOLUÇÃO (1991 - 2001 - 2011).....	25
3.3. POPULAÇÃO POR SECTOR DE ATIVIDADE (% 2011).....	27
3.4. TAXA DE ANALFABETISMO (1991 – 2001-2011)	28
3.5. ROMARIAS E FESTAS	29
4. CARATERIZAÇÃO DA OCUPAÇÃO DO SOLO E ZONAS ESPECIAIS.....	30
4.1. OCUPAÇÃO DO SOLO.....	31
4.2. POVOAMENTOS FLORESTAIS	32
4.3. REDE NATURA 2000 E REGIME FLORESTAL	34
4.5. EQUIPAMENTOS FLORESTAIS DE RECREIO, ZONAS DE CAÇA E PESCA	35
5. HISTÓRICO E CAUSALIDADE DOS INCÊNDIOS FLORESTAIS	36
5.1. ÁREA ARDIDA E NÚMERO DE OCORRÊNCIAS (DISTRIBUIÇÃO ANUAL).....	37
5.2. ÁREA ARDIDA E NÚMERO DE OCORRÊNCIAS (DISTRIBUIÇÃO MENSAL)	41
5.3. ÁREA ARDIDA E NÚMERO DE OCORRÊNCIAS (DISTRIBUIÇÃO SEMANAL)	43

5.4. ÁREA ARDIDA E NÚMERO DE OCORRÊNCIAS (DISTRIBUIÇÃO DIÁRIA).....	44
5.5. ÁREA ARDIDA E NÚMERO DE OCORRÊNCIAS (DISTRIBUIÇÃO HORÁRIA)	45
5.6. ÁREA ARDIDA EM ESPAÇOS FLORESTAIS	46
5.7. ÁREA ARDIDA E NÚMERO DE OCORRÊNCIAS POR CLASSES DE EXTENSÃO.....	47
5.8. PONTOS PROVÁVEIS DE INÍCIO E CAUSAS	48
5.9. FONTES DE ALERTA	49
5.10. GRANDES INCÊNDIOS (ÁREA> 100HA) – DISTRIBUIÇÃO ANUAL	50
5.11. GRANDES INCÊNDIOS (ÁREA> 100HA) – DISTRIBUIÇÃO MENSAL	52
5.12. GRANDES INCÊNDIOS (ÁREA> 100HA) – DISTRIBUIÇÃO SEMANAL.....	53
5.13. GRANDES INCÊNDIOS (ÁREA> 100HA) – DISTRIBUIÇÃO HORÁRIA.....	54

Lista de Abreviaturas

ABVCM	Associação de Bombeiros Voluntários de Campo Maior
ANPC	Autoridade Nacional de Proteção Civil
CDOS	Comando Distrital de Operações de Socorro
CNOS	Comando Nacional de Operações de Socorro
CMDF	Comissão Municipal de Defesa da Floresta
CMPC	Comissão Municipal de Proteção Civil
CODIS	Comandante Distrital de Operações de Socorro
COM	Comandante Operacional Municipal
COS	Comandante de Operações de Socorro
COS07	Carta de Ocupação de Solo 2007
DFCI	Defesa da Floresta Contra Incêndios
EDP	Empresa de Eletricidade de Portugal
GNR	Guarda Nacional Republicana
ICNF	Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas
INE	Instituto nacional de Estatística
MAI	Ministro da Administração Interna
PCO	Posto de Comando Operacional
PDM	Plano Diretor Municipal
PGF	Plano de Gestão Florestal
PMDFCI	Plano Municipal de Defesa da Floresta
PME	Plano Municipal de Emergência
REFER	Empresa Rede Ferroviária Nacional
REN	Empresa Redes Energéticas Nacionais
REPC	Rede Estratégica de Proteção Civil
ROB	Rede Operacional de Bombeiros
SF	Equipa de Sapadores Florestais
SMPC	Serviços Municipais de Proteção Civil



1. CARATERIZAÇÃO FÍSICA

1.1. ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO DO CONCELHO

O concelho de Campo Maior pertence ao Distrito de Portalegre é limitado a Norte e a Este pela Estremadura espanhola, a Oeste pelos concelhos de Arronches e Elvas e a Sul novamente pelo concelho de Elvas. Localizada no lado oposto à capital. Tem na sua constituição um total de 3 freguesias, 1 das quais de carácter rural (Mapa 1).

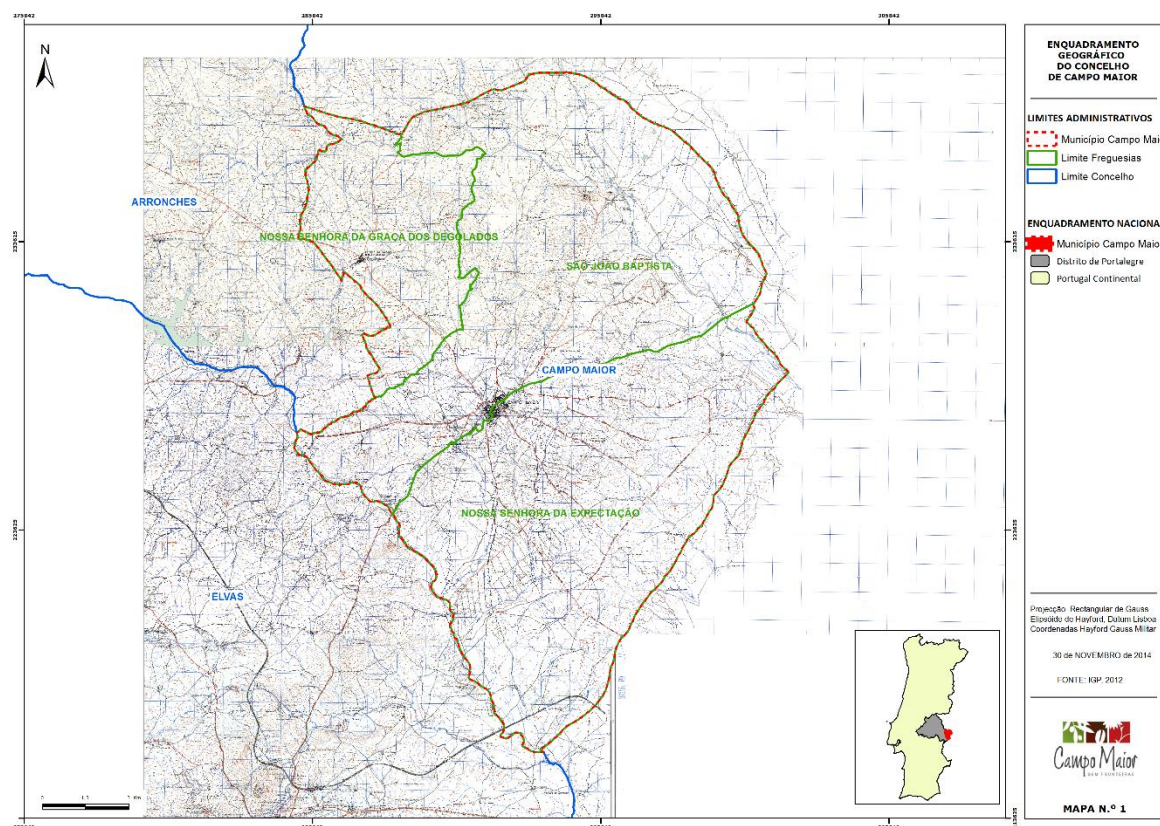
Em termos florestais integra o Departamento de Conservação da Natureza e Florestas do Alentejo.

O quadro 1 mostra as áreas das 3 freguesias, Nossa Senhora da Expectação, S. João Baptista e Nossa Sr^a da Graça dos Degolados.

Quadro 1 – ÁREAS DAS FREGUESIAS

Unidade Geográfica	Área (Km2)
Campo Maior	247.26
N ^a . Sr. ^a . Expectação	105.17
S. João Baptista	106.37
N ^a . Sr. ^a . Da Graça dos Degolados	35.72

Fonte: Instituto Nacional de Estatística



Mapa nº 1 – Enquadramento Geográfico

Fonte: IGP, 2013

1.2. HIPSOMETRIA

O concelho de Campo Maior integra-se, sob o ponto de vista morfológico, na vasta superfície poligénica constituída pela peneplanície Alentejana.

Deste modo, não surpreende que no território de Campo Maior não se encontrem diferenciações altimétricas significativas:

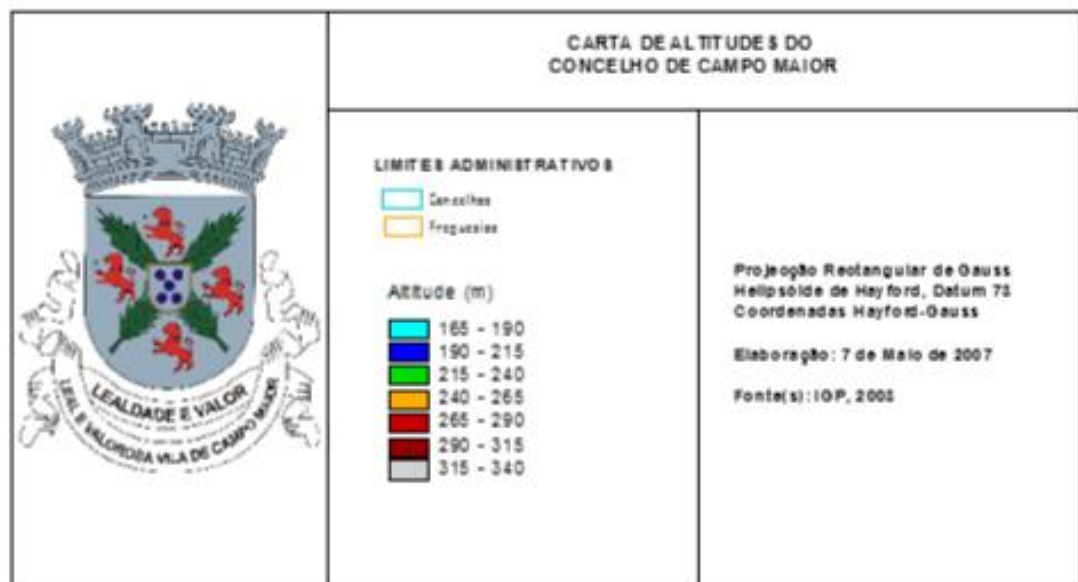
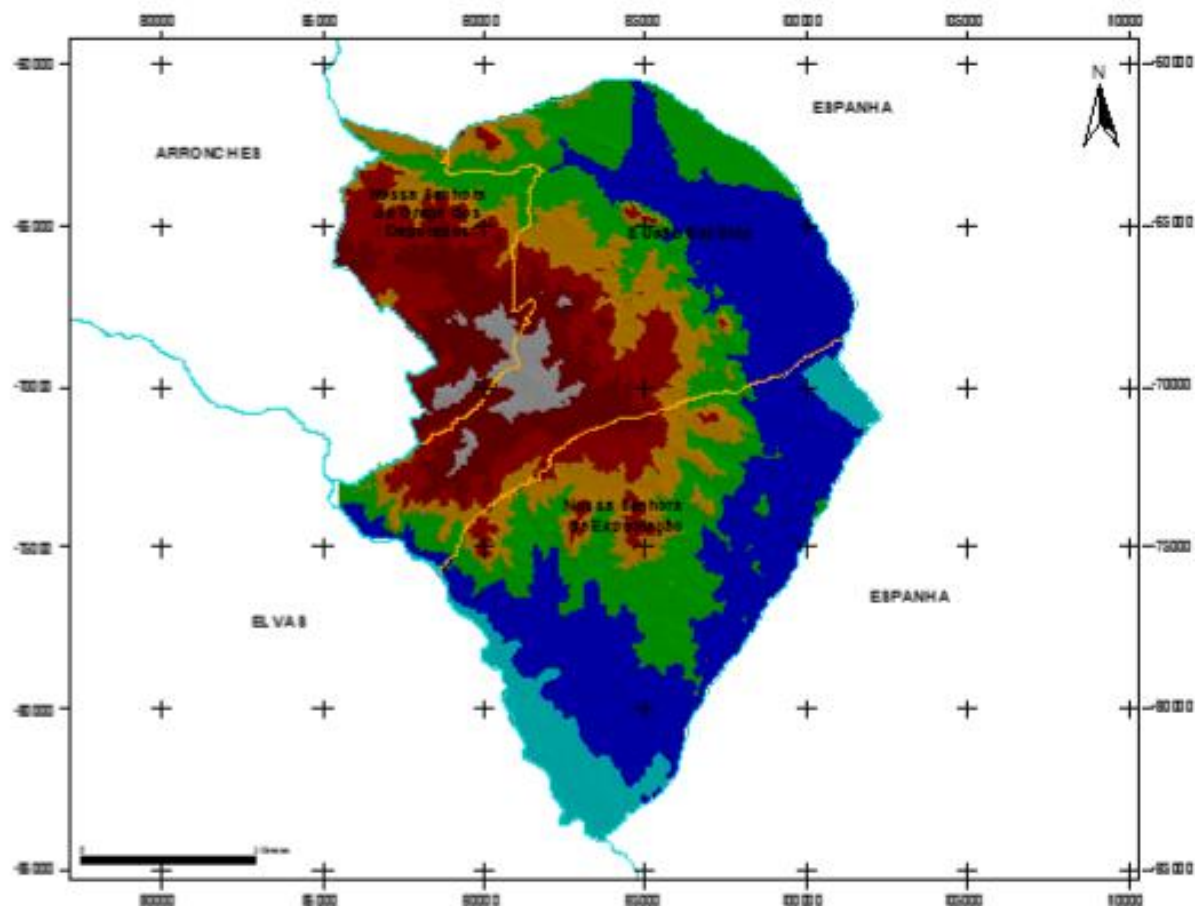
A Altitude apresenta variações entre 200m e 400m aproximadamente.

Os pontos mais altos do concelho situam-se na área nordeste.

O relevo do concelho é pouco acidentado.



Relativamente às implicações DFCI poderá dizer-se que o combate às chamas é facilitado em quase todo o Concelho, não sendo necessário um grande esforço para chegar a qualquer ponto.



Mapa nº 2 – Hipsometria

Fonte: IGP, 2003

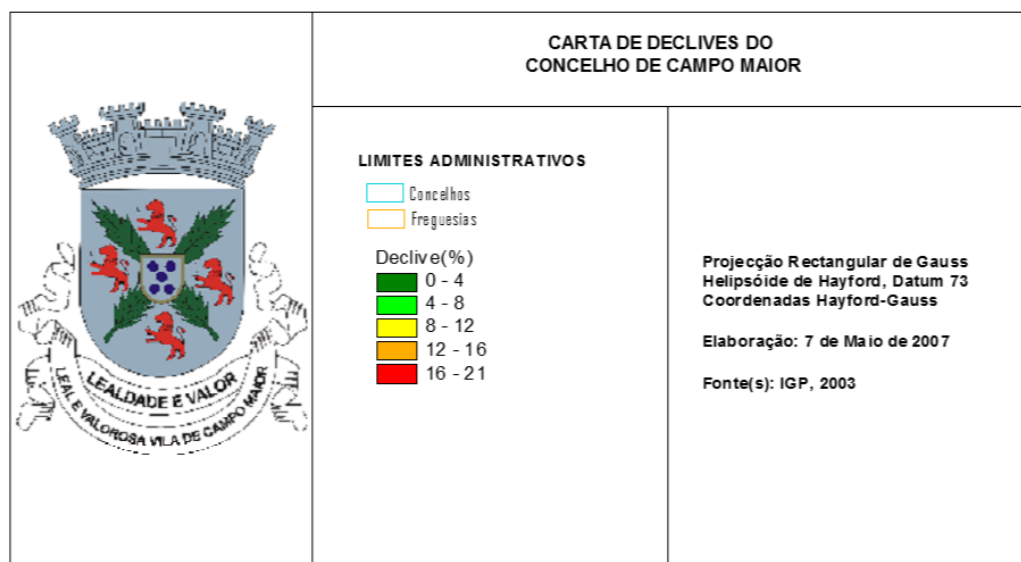
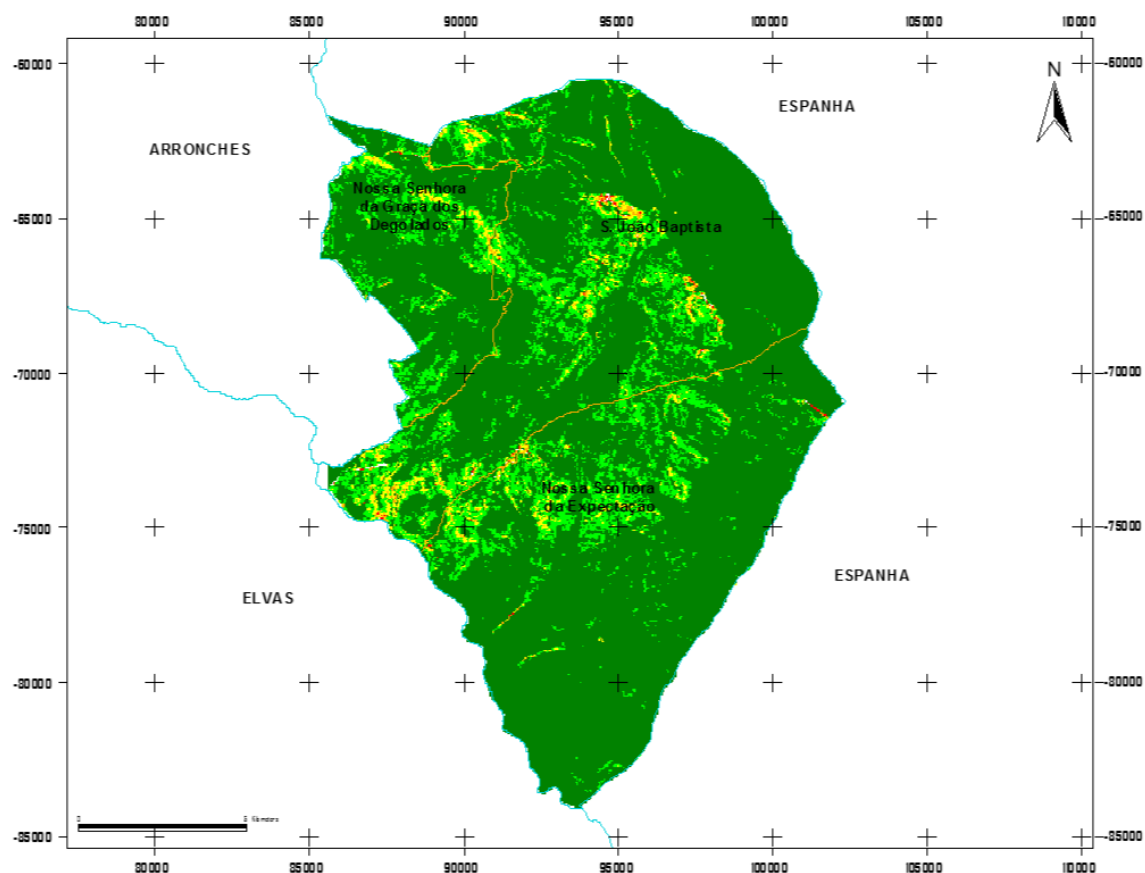


1.3. DECLIVE

Não existe uma nítida separação em termos de acidentado do terreno e portanto pode-se dizer que há uma grande irregularidade na distribuição geográfica das diversas classes de declive. No entanto trata-se de um concelho extremamente plano, onde a classe de declive dominante é sem dúvida a dos 0% aos 5%, sendo rara a classe de declives superiores a 16% (PDM, 1995 com alteração por adaptação ao PROTA em 2010). O Mapa 3 mostra os declives existentes no concelho de Campo Maior.

Em relação à distribuição do concelho por classes de declive pode dizer-se que cerca de 75% da área do concelho está enquadrada na classe de 0% a 4%. Na classe de 4% a 8% cerca de 20%, na classe de 8% a 12% cerca de 3%, e nas classes de 12% a 16% e de 16% a 21% apenas 1% em cada, da área do concelho.

Relativamente às implicações DFCI poderá dizer-se que em termos gerais o combate às chamas é facilitado pela estrutura física do concelho e pelos declives pouco acentuados a Sul. Contudo a Norte é sempre necessário uma preocupação acrescida uma vez que a Serra dificulta um pouco mais o combate às chamas.



Mapa nº 3 – Declives

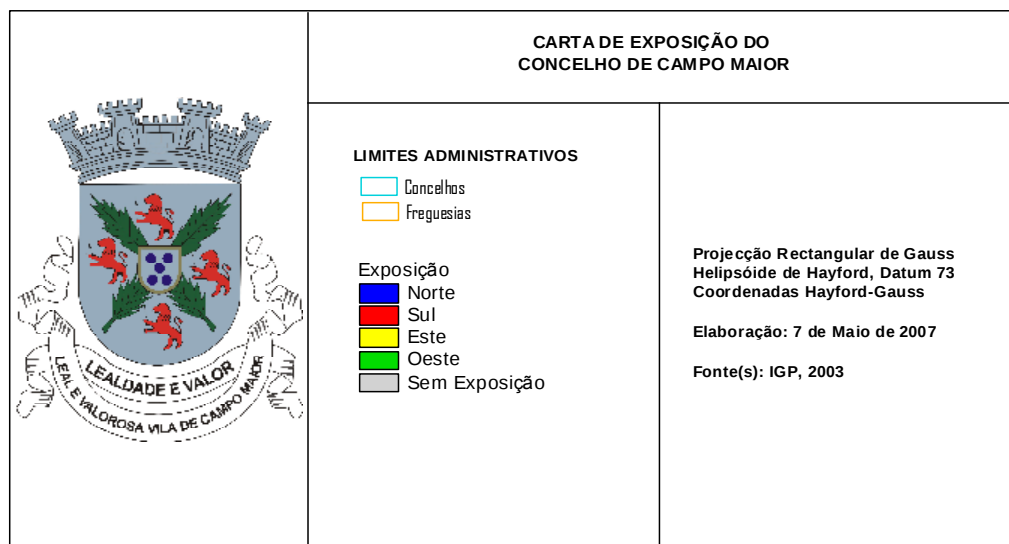
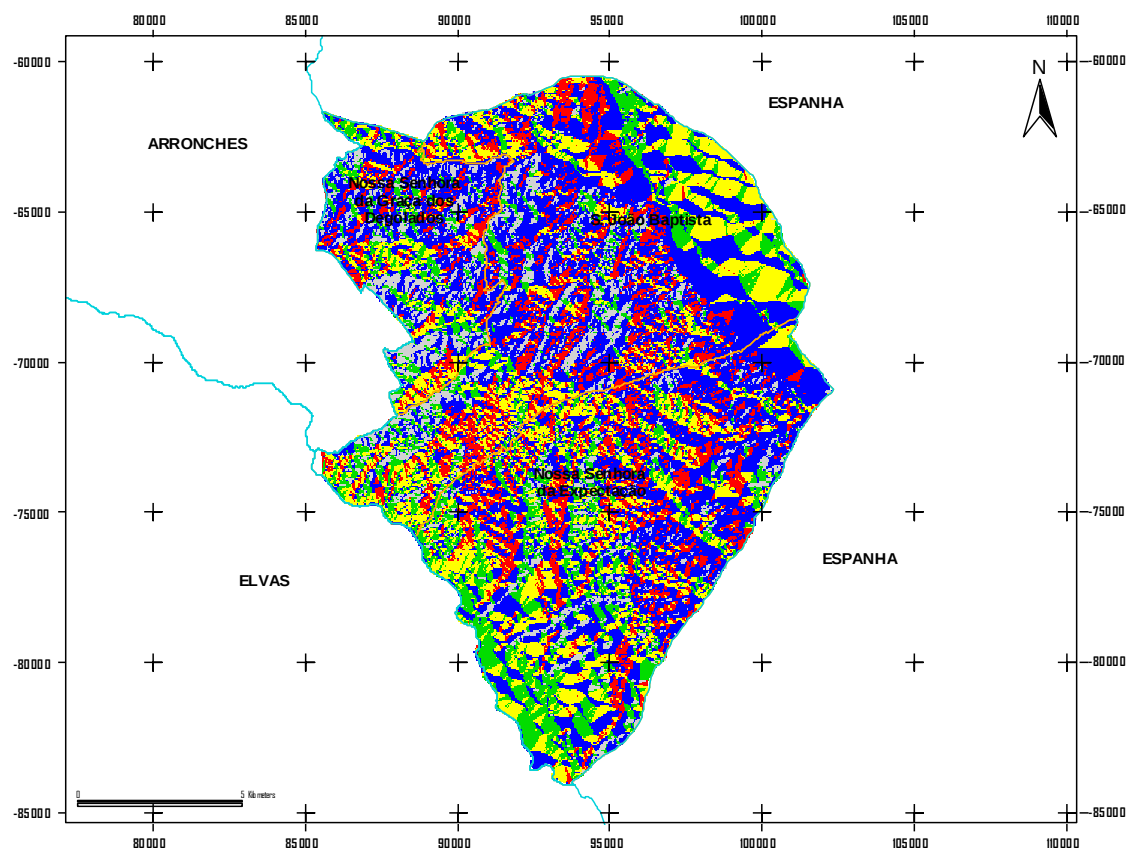
Fonte: IGP, 2003



1.4. EXPOSIÇÃO

A exposição do terreno é um aspeto muito importante pelo facto de nos dar a posição do terreno em relação aos pontos cardeais. Desta forma este fator faz variar outras variáveis como o vento que exerce mais ação nas exposições para Norte e para Sul os terrenos são mais quentes e portanto mais propícios à ocorrência de incêndios. O Mapa 4 mostra o Mapa de exposições e verifica-se que a maior parte do terreno tem exposição para Norte, sendo também significativa na exposição a sul e havendo uma igualdade em percentagem nas outras exposições.

Relativamente às implicações DFCI poderá dizer-se que a propagação dos incêndios será amena na maioria do concelho.



Mapa nº 4 – Exposições de Encosta

Fonte: IGP, 2003

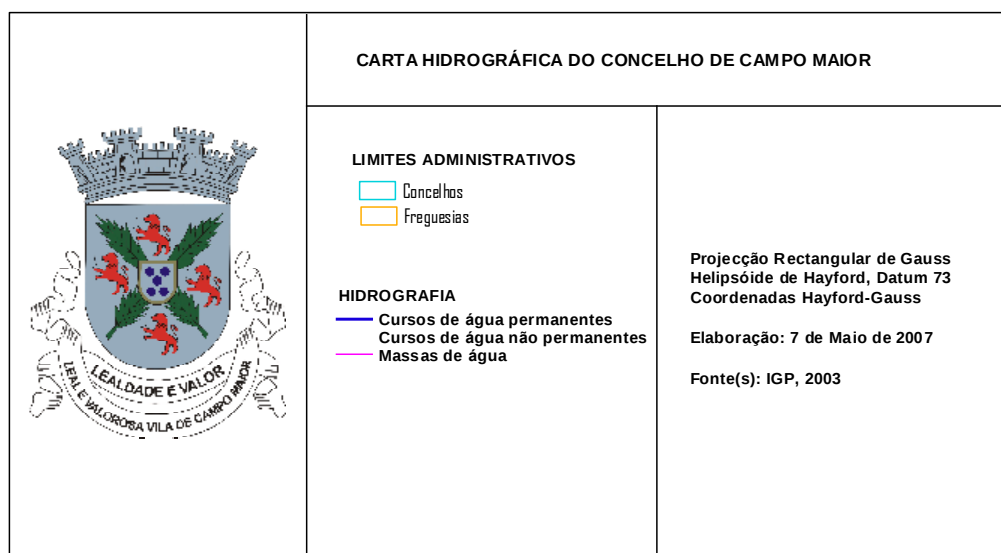
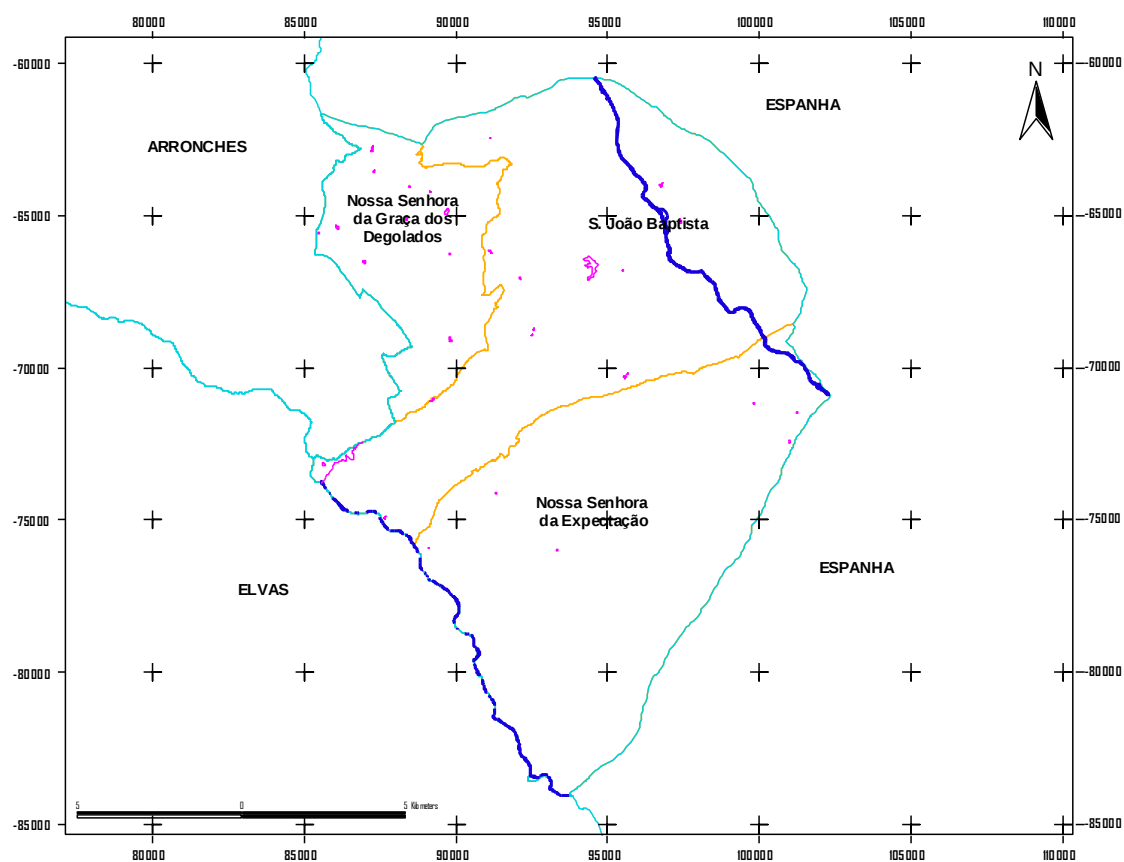


1.5. HIDROGRAFIA

Os recursos hídricos superficiais do concelho de Campo Maior correspondem a um conjunto de linhas de água e de drenagem natural de que importa realçar a importância do Rio Caia e da respetiva albufeira, do Rio Abrilongo e sua albufeira e do Rio Xévora.

As principais linhas de água e linhas de fecho estão assinaladas no Mapa 5.

Relativamente às implicações DFCD poderá dizer-se que a rede hidrográfica do concelho está relativamente bem distribuída com bastantes pontos de água e duas albufeiras, estruturas suficientes para apoio ao combate a incêndios.



Mapa nº 5 – Hidrografia

Fonte: IGP, 2003



2. CARATERIZAÇÃO CLIMÁTICA

No concelho de Campo Maior não existem estações meteorológicas, Assim, a nossa análise basear-se-á no estudo das normais climatológicas da Estação Meteorológica de Elvas do Instituto de Meteorologia, Quadro 2.

Quadro 2 – Características da estação meteorológica (IM)

Característica	Valor
Latitude	38 graus e 53 minutos
Longitude	7 graus e 9 minutos
Altitude (m)	208
Entrada em funcionamento	1927
Altura do anemómetro (m)	4

Nesta zona do distrito o clima é marcadamente Continental e mais especificamente Mediterrânico, caracterizado por elevadas amplitudes térmicas, com uma época estival muito quente e seca constituída por 4 meses (Junho, Julho, Agosto e Setembro), e outra época muito fria e rigorosa, mas com pouca pluviosidade.

2.1. TEMPERATURA DO AR

A temperatura do ar é uma grandeza física característica de um corpo, que é superior ou inferior consoante esse corpo absorveu mais ou menos energia, sendo condicionada por diversos fatores como o relevo, a latitude, o afastamento do mar e o regime de ventos. Influencia, entre outras, a humidade relativa do ar e a inflamabilidade dos combustíveis.

Quanto maior for a temperatura e menor for a humidade do ar, mais seca se torna a vegetação, incrementando as condições de ignição e rápida propagação de incêndios.



Os dados são provenientes da estação meteorológica de Elvas (IM), numa série histórica de 30 anos (1970 – 2000). A temperatura mais alta encontra-se nos meses de Julho e Agosto, com 34,7 °C, a temperatura mais baixa encontra-se no mês de Fevereiro com 0.1 °C.

Observando o gráfico 1 e relativamente às implicações DFCI, poderá dizer-se que as temperaturas são bastante elevadas no concelho de Campo Maior, no período estival, o que dificulta muito a prevenção e o combate aos incêndios. Por outro lado é um fator muito favorável para a ocorrência de incêndios por causas naturais e tecnológicas, nomeadamente por trovoadas, cigarros, metais, vidros, máquinas e automóveis.

Gráfico 1 – TEMPERATURAS

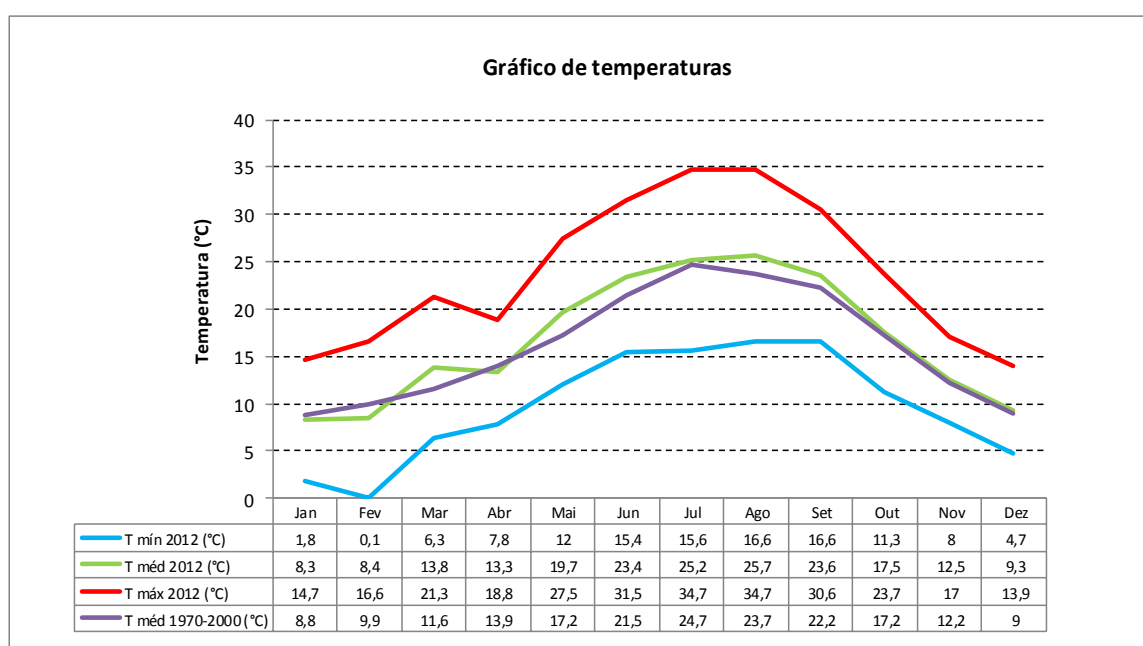


Gráfico nº 1 – Valores mensais de temperatura

Fonte: Ficha Climatológica 1971-2000, IM, 2012



2.2. HUMIDADE RELATIVA DO AR

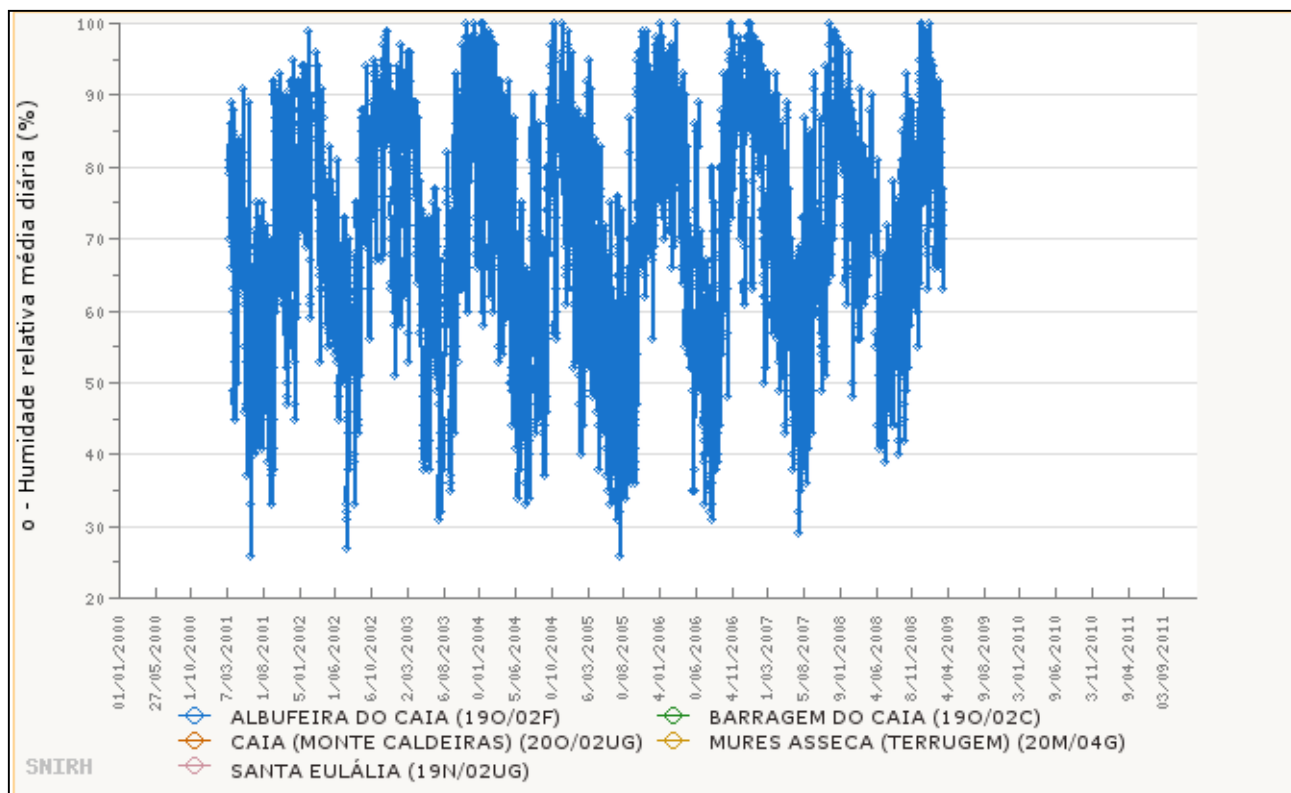
A humidade relativa do ar traduz a relação entre a quantidade de vapor de água que existe numa massa de ar e a quantidade que satura essa massa de ar à mesma temperatura, exprimindo-se em percentagem.

Dentro desta grandeza surge o orvalho, que é a condensação do vapor de água sobre superfícies arrefecidas. Ocorre em noites claras, quando o calor do solo se perde por irradiação e a temperatura decresce ao mesmo tempo que a humidade relativa do ar aumenta. Este decréscimo da temperatura conduzirá, pela madrugada, à saturação da humidade, depositando-se o vapor de água nas superfícies que entretanto arrefeceram.

Os dados da humidade média são provenientes da estação meteorológica de Elvas (IM), numa série histórica de 30 anos (1970 – 2000). Os restantes dados são provenientes do Centro Operativo e de Tecnologia do Regadio (COTR). Não foi possível arranjar os dados desde 1995 mas já foram encomendados ao Instituto de Meteorologia e posteriormente serão tratados e entregues à DGRF.

Verificamos que o concelho de Campo Maior é muito seco, observando o gráfico 2, constata-se que o período estival tem humidades mínimas na ordem dos 20 % em Julho. A humidade máxima, no período estival, é cerca de 81,3% em Junho. Comparando os valores da humidade média (1970-2000) com os valores da humidade média de 2005 e observando o gráfico verifica-se que o ano de 2005 foi ligeiramente menos húmido que o normal.

Relativamente às implicações DFCI poderá dizer-se que a humidade é bastante baixa no concelho de Campo Maior, no período estival, o que dificulta muito a prevenção e o combate aos incêndios se analisarmos conjuntamente com os valores da temperatura.

Gráfico 2 - HUMIDADE


FONTE: www.snirh.pt

Gráfico nº 2 – Valores mensais de Humidade

Fonte: Ficha Climatológica 1971-2000, IM, 2012

2.3. PRECIPITAÇÃO

Dada a influência que este fenómeno meteorológico tem sobre o clima de uma região, quer intensificando o desenvolvimento vegetativo das plantas, tanto herbáceas como lenhosas, quer afetando o regime hidrológico dos cursos de água existentes ou ainda contribuindo para a destruição da camada arável dos solos mal protegidos, é fundamental averiguar a média anual das precipitações totais e como estão repartidas ao longo dos meses do ano, de forma a planear a utilização ou não de reservatórios artificiais, a construção/beneficiação de caminhos, valas e valetas.



Os dados da precipitação média são provenientes da estação meteorológica de Elvas (IM), numa série histórica de 30 anos (1970 – 2000). Os restantes dados são provenientes do Centro Operativo e de Tecnologia do Regadio (COTR).

Observando o gráfico 3, observamos que os valores de precipitação na época estival são quase nulos. Verifica-se que o mês de Julho é o mais seco. Em relação ao ano 2012 este foi mais seco que a média no período estival exceto no mês de Agosto que choveu pouco mais relativamente à média do último quinquénio e à média dos 30 anos, mas o seu valor foi muito mais elevado que a média no Outono.

Relativamente às implicações DFCI poderá dizer-se que a precipitação é bastante baixa no concelho de Campo Maior, no período estival, o que dificulta muito mais a prevenção e o combate aos incêndios neste concelho se analisarmos em conjunto com os valores da temperatura e humidade.

Gráfico 3 - PRECIPITAÇÃO

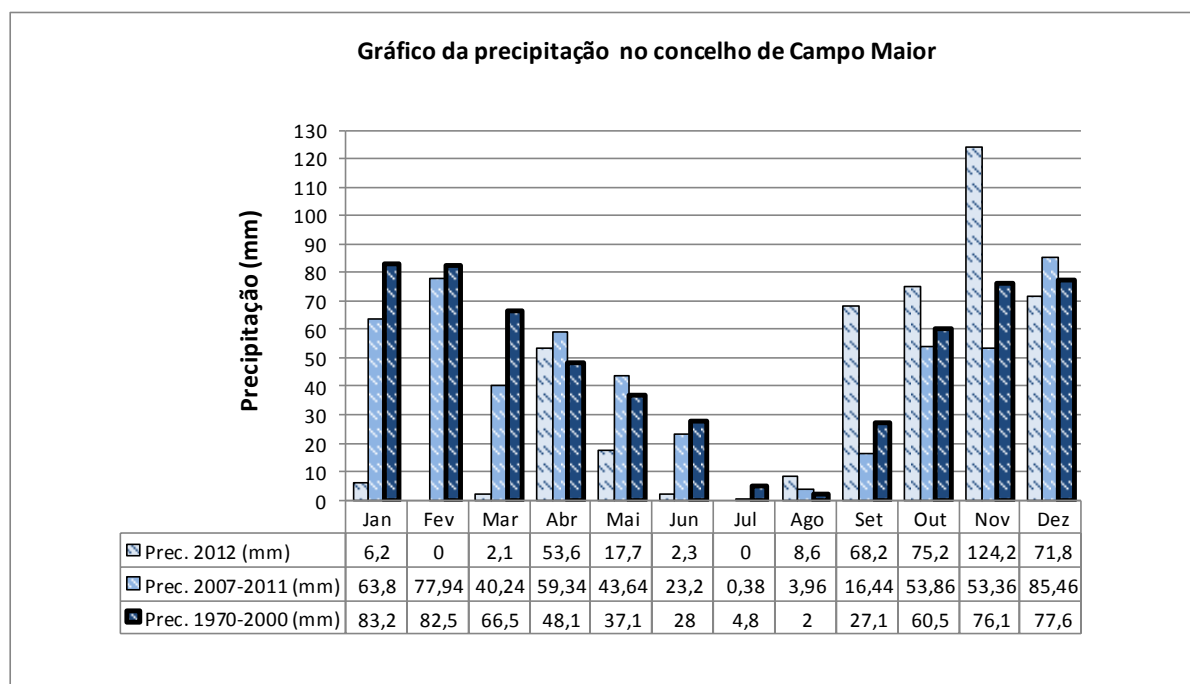


Gráfico nº 3 – Valores mensais de Precipitação

Fonte: Ficha Climatológica 1971-2000, IM, 2012



2.4.VENTO

Existem em Portugal Continental, ventos ligados à circulação atmosférica geral (planetários), que apresentam um rumo bem definido, aproximadamente constante, de intensidade moderada a forte, modificando a sua velocidade e rumo consoante a disposição do relevo. Sopram predominantemente do quadrante Oeste, efetuando uma longa trajetória sobre o Oceano Atlântico, sendo por isso húmidos. Todavia, embora com menos frequência, podem soprar do quadrante Este, sendo neste caso, ventos continentais secos que dificultam as operações de combate a incêndios florestais.

Existem ainda os ventos locais, que são originados pelas brisas de vale (diurnas) e de montanha (noturna) ou pela brisa marítima (diurna – início da tarde) e brisa terrestre (noturna – início da noite).

Em termos de perigosidade de incêndio, a velocidade do vento constitui um parâmetro mais importante do que a sua frequência, já que é ela que contribui grandemente para a velocidade de propagação do fogo. Importa por isso, ter a noção da velocidade do vento nas várias situações que interferem no comportamento do incêndio e nos trabalhos a efetuar.

Neste contexto, é importante conhecer a escala de Beaufort, que permite através de uma observação simples, estimar a velocidade do vento. (Quadro nº 3)

Força do Vento	Designação	Descrição	Velocidade (km/h)
1	Aragem	Uma coluna de fumo fina sobe quase na vertical, dobrando-se na direção do vento, como sucede com as ervas altas.	Até 5
2	Fraco	Sente-se na cara. As folhas das árvores mexem-se.	5 a 10
3	Brisa	As folhas das árvores estão em constante movimento. Os papéis movem-se no solo.	10 a 20
4	Forte	O pó levanta-se na estrada e os arbustos agitam-se.	Mais de 20

Quadro nº 3 – Escala de *Beaufort*, Adaptada

Fonte: Manual de Combate a Incêndios Florestais, ENB, 2006



Da análise do gráfico nº 4, podemos verificar que o regime de ventos é caracterizado pela predominância de ventos de Noroeste e Oeste, que, fruto da sua trajetória sobre o Oceano Atlântico, trazem alguma humidade e apresentam velocidade média abaixo dos 15 km/h. Por sua vez os ventos que atingem maior velocidade média sopram de Nordeste e Sudeste, e fruto da sua natureza continental são mais quentes e secos influenciando a propagação dos incêndios.

Gráfico Anual às 0, 3, 6, 9, 12, 15, 18, 21 UTC

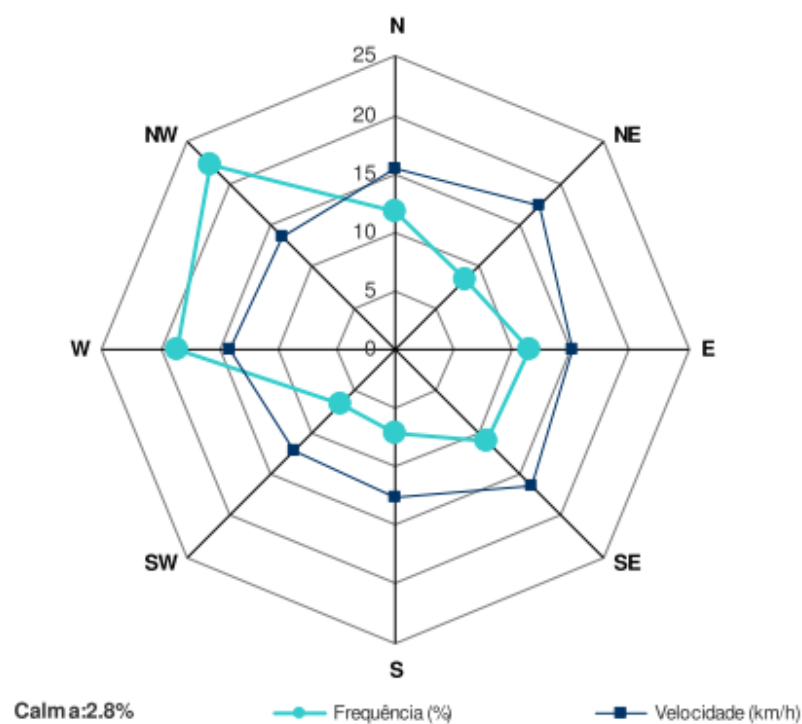


Gráfico nº 4 – Regime de Ventos

Fonte: Ficha Climatológica 1971-2000, IM, 2012

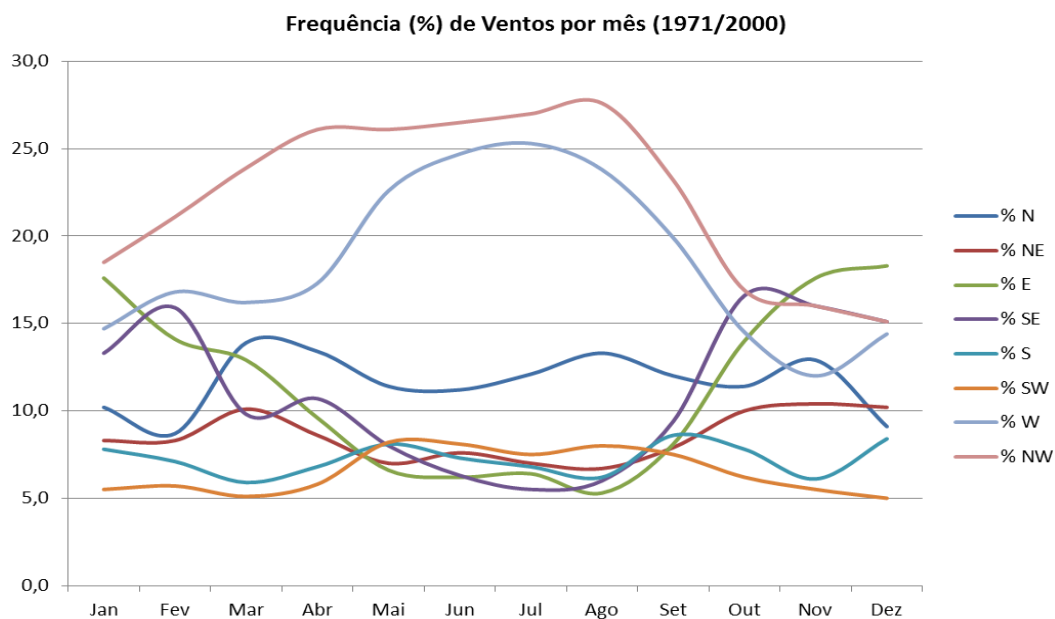


Gráfico nº 5 – Frequência de ventos mensal

Fonte: Ficha Climatológica 1971-2000, IM, 2012

Observando os dados disponíveis mensalmente, através do gráfico nº 5, verificamos que durante o período estival predominam largamente os ventos de Noroeste e Oeste.

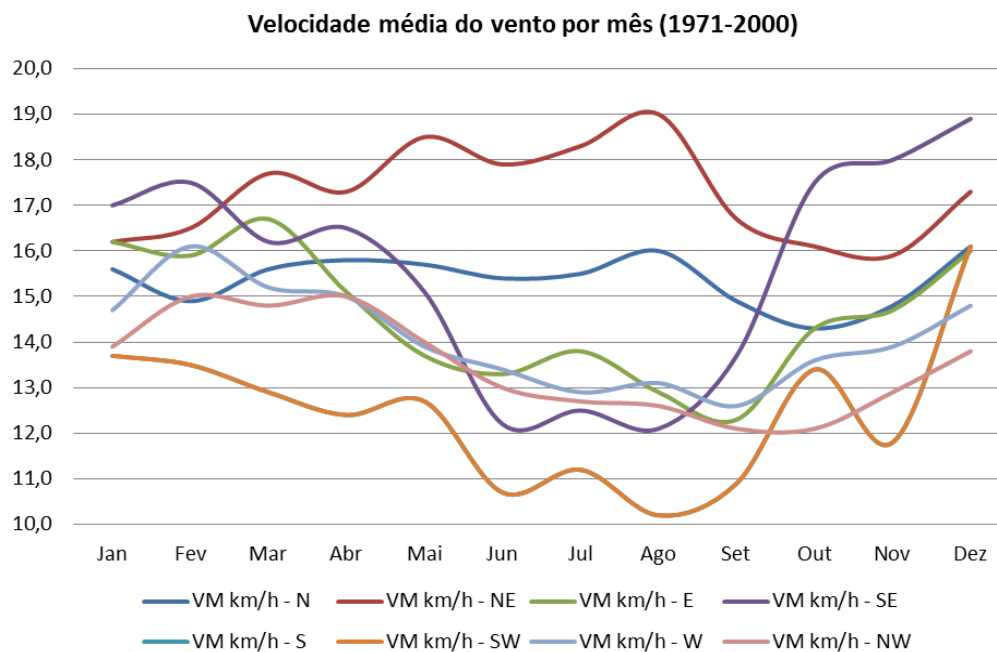


Gráfico nº 6 – Velocidade média do vento mensal

Fonte: Ficha Climatológica 1971-2000, IM, 2012



Continuando a observação dos dados disponíveis mensalmente, através do gráfico nº 6 verificamos que os ventos que atingem maior velocidade são os de Nordeste, precisamente no mês de agosto.

Relativamente às implicações DFCI poderá dizer-se que apesar de um regime de ventos moderado, durante o período estival a velocidade do vento é superior ao resto do ano, o que conjuntamente com os ventos secos e quentes oriundos do Norte de África vai dificultar muito a prevenção e o combate aos incêndios florestais neste território.

Relativamente a Campo Maior os dados da velocidade média do vento apresentados a seguir são provenientes da estação meteorológica de Elvas (IM), numa série histórica de 30 anos (1970 – 2000). Os restantes dados são provenientes do Centro Operativo e de Tecnologia do Regadio (COTR).

Observando o quadro 4, verificamos que no período estival a média das velocidades máximas é mais elevada no mês de Julho. O valor da média da velocidade do vento também é dos mais elevados no período estival no mesmo mês. As direções mais frequentes são todas direcionadas de Sul aproximadamente, no mesmo período, massas de ar quentes do Norte de África.

Relativamente às implicações DFCI poderá dizer-se que a velocidade do vento é baixa no concelho de Campo Maior, no período estival, mas conjuntamente com os ventos secos e quentes do Norte de África vai dificultar muito a prevenção e o combate aos incêndios neste concelho se analisarmos em conjunto com os valores da temperatura, humidade e precipitação.

Quadro 4 - Médias Mensais da Velocidade e Direções do vento mais Frequentes de 2000 a 2012 no Concelho de Campo Maior

Estação	Código	N.º Valores	MÍNIMO	PERCENTIL 25%	MÉDIA	MEDIANA	PERCENTIL 75%	MÁXIMO	SOMA	DESVIO PADRÃO	Coef. VARIAÇÃO	ASSIMETRIA
ARRONCHES	19N/01UG	1454	0.0	0.5	1.0	0.9	1.4	5.8	1491.7	0.7	0.7	1.3
DEGOLADOS	19O/03UG	3248	0.1	0.8	1.5	1.3	2.0	6.4	4850.9	0.9	0.6	1.0
JUROMENHA	21N/01UG	3130	0.1	1.0	1.8	1.7	2.5	6.9	5763.3	1.1	0.6	0.8
SANTO ALEIXO (SORRAIA)	20M/01UG	2615	0.1	0.7	1.1	1.0	1.5	4.8	2987.2	0.8	0.5	1.2



3. CARATERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO

3.1. POPULAÇÃO RESIDENTE POR CENSO E FREGUESIA (1991 – 2001 - 2011) E DENSIDADE POPULACIONAL (2001 - 2011)

A população do concelho de Campo Maior teve um decréscimo na década de 90 para a década de 00 de 148 habitantes, no entanto teve um crescimento para a década de 2010 de 69 habitantes, ao contrário da grande maioria das outras regiões do interior do país. Como é possível observar no Quadro 5, a sua população era em 1991 de 8535 indivíduos, diminuiu para 8387 habitantes em 2001. Em 2011 a população subiu para 8456. A população concentra-se na sua grande maioria na zona urbana em detrimento da zona rural.

A densidade populacional do concelho de Campo Maior, é de 34,2 hab/ km², segundo os Censos 2011.

Relativamente às implicações DFCI poderá dizer-se que esta situação leva a que a floresta existente está de facto abandonada pelo que se tem de planear muito bem e reforçar a vigilância para dessa forma tentar mitigar o número de ignições.

Freguesia	Pop. Residente 1991	Pop. Residente 2001	Pop. Residente 2011
N.ª. Sr.ª da Expectação	3747	3788	3974
N.ª. Sr.ª da Graça dos degolados	652	536	587
S. João Baptista	4136	4063	3895
TOTAL	8535	8387	8456

Quadro nº 5 – População Residente no Concelho de Campo Maior

Fonte: Recenseamento Geral da População, INE, 2011

A nível concelhio, as freguesias que apresentam maior número de habitantes são, como se verifica pelo quadro nº 6, N.ª senhora de expectação e S. João Baptista, com 3974 e 3895 habitantes respetivamente o que apresenta uma densidade populacional de 37,79 e 36,62 hab/ km². Merece

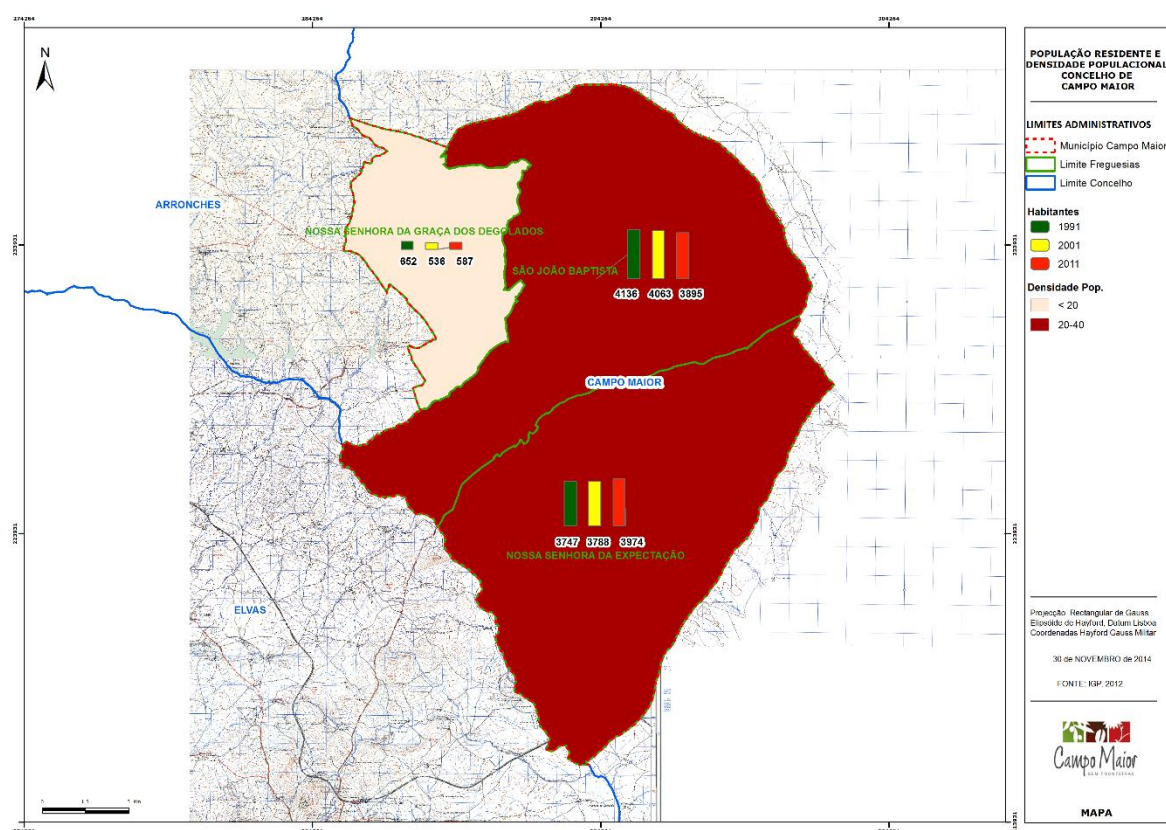


referência a baixa densidade populacional de N.ª Sr.ª da Graça dos Degolados em relação às outras freguesias.

Freguesia	População Residente 2011	Densidade Populacional (hab/ km ²)
N.ª. Sr.ª da Expectação	3974	37,79
N.ª. Sr.ª da Graça dos degolados	587	16,43
S. João Baptista	3895	36,62
TOTAL	8456	34,20

Quadro nº 6 – Densidade Populacional no Concelho de Campo Maior

Fonte: Recenseamento Geral da População, INE, 2011



Mapa nº 6 – População Residente e Densidade Populacional

Fonte: INE, 2012

Embora o concelho de Campo Maior tenha potencial agrícola, a análise dos dados alerta para a necessidade de que sejam tomadas medidas no sentido de evitar a desertificação dos meios rurais, pois, como se sabe, o abandono dos meios rurais significa o abandono da floresta.



Relativamente às implicações DFCI poderá constatar-se que num território onde não existem pessoas, urge repensar estratégias e reforçar os meios com capacidade de vigilância e primeira intervenção de forma a tentar mitigar o número de ignições.

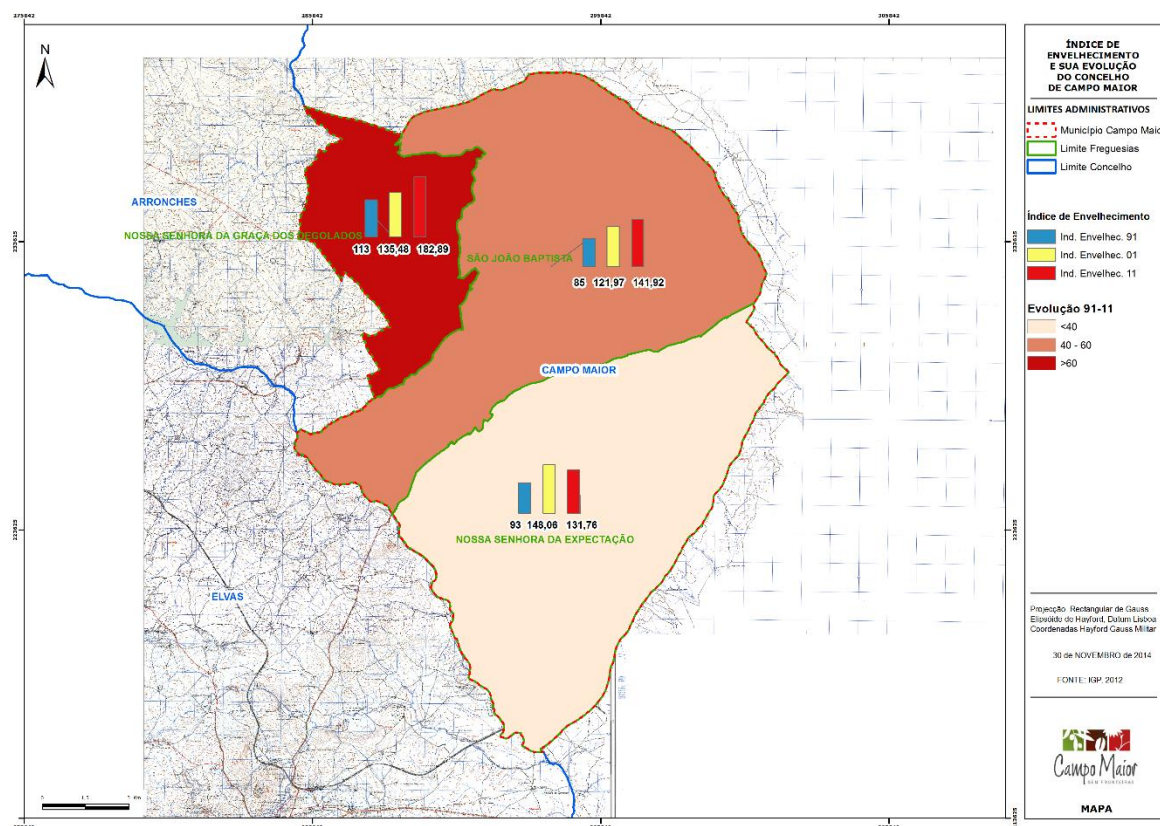
3.2. ÍNDICE DE ENVELHECIMENTO E SUA EVOLUÇÃO (1991 - 2001 - 2011)

Quanto à estrutura etária da população, no Concelho de Campo Maior assistiu-se, entre 1991 e 2001, a uma diminuição do peso dos jovens que, associada ao aumento do grupo etário dos idosos, provocou um envelhecimento da estrutura demográfica. Este facto é demonstrado pelo aumento do índice de envelhecimento de 1991 para 2001 no Concelho, segundo os Censos 2001.

Em relação aos censos 2011 verifica-se a mesma tendência dos censos anteriores à exceção da Junta de Freguesia de N.ª Sr.ª. Da Expectação, que teve uma redução

Ver o Mapa 6 com índices de envelhecimento por Freguesia.

Relativamente às implicações DFCI poderá dizer-se que esta situação leva a que haja uma aposta na sensibilização da população em geral, incidindo principalmente na população mais jovem uma vez que tem mais “apetência” de aprender e proteger a nossa floresta.

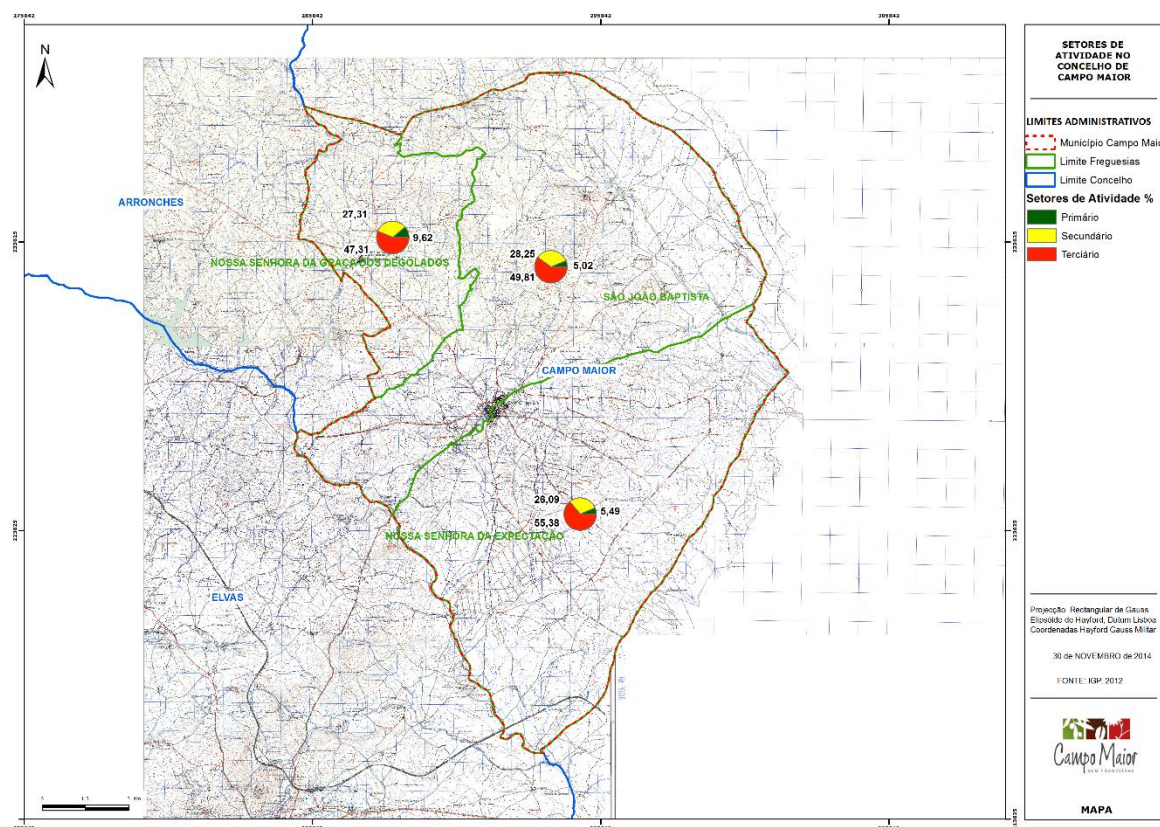


Mapa nº 6 – Índice de Envelhecimento e sua evolução (1991-2011)

Fonte: INE, 2012



3.3. POPULAÇÃO POR SECTOR DE ATIVIDADE (% 2011)



Mapa nº 7 – População ativa por setores de atividade

Fonte: INE, 2012

Apurámos que quanto à distribuição da população ativa pelos sectores de atividade (Mapa 7), regista-se o predomínio do sector terciário nas três Freguesias do concelho, seguindo-se o sector secundário. O sector primário representa os seguintes valores: 9,62%, 5,02% e 5,49% dos indivíduos, nas Freguesias de N. Sr.^a da Graça dos Degolados, São João Baptista e Nossa Senhora da Expectação respetivamente.

O sector primário é aquele onde trabalham menos pessoas, este fator é explicado pelo facto do concelho de Campo Maior ser constituído por grandes herdades e pela mecanização da agricultura, havendo poucas pessoas a trabalhar nessa área comparativamente com os outros sectores.

Há que salientar ainda a existência, no concelho de Campo Maior, de um polo industrial o qual absorve muita da mão-de-obra existente.

Informação de Base

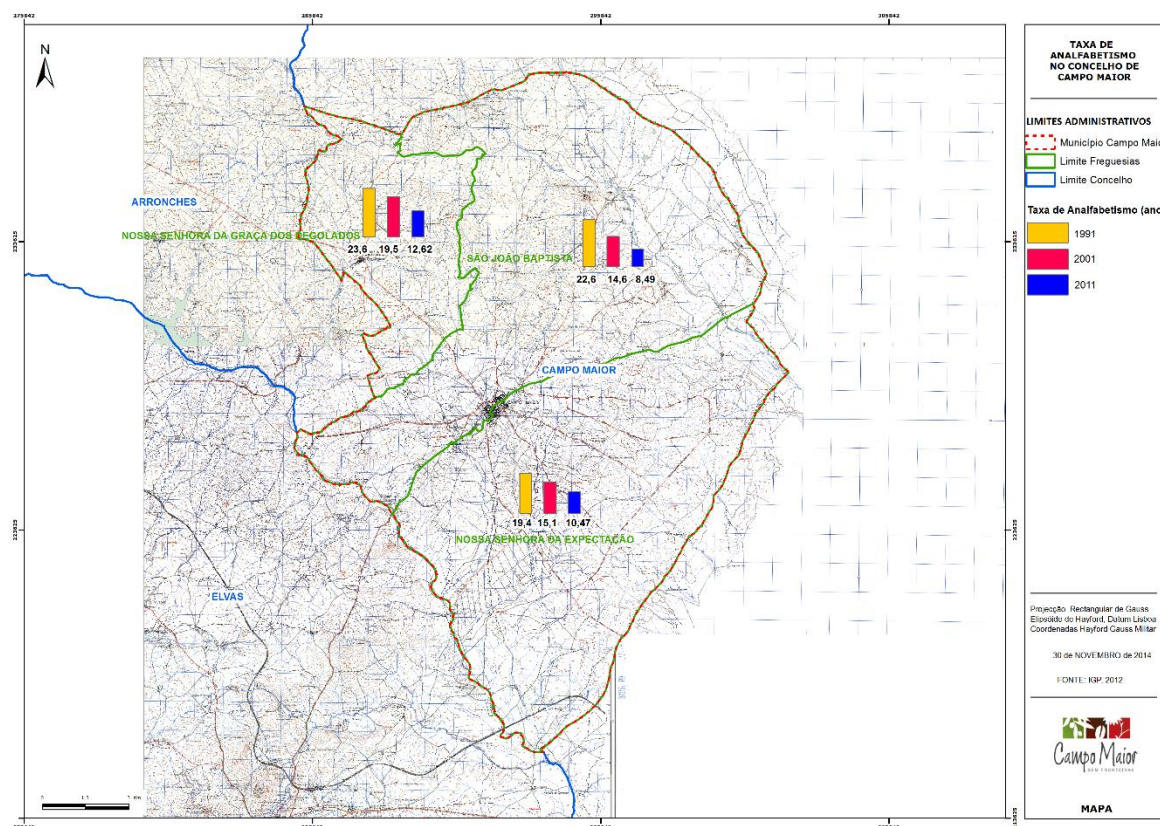


Relativamente às implicações DFCI poderá dizer-se que esta situação leva a que haja cada vez menos pessoas a trabalhar no sector primário, sector este fundamental para a manutenção e proteção dos espaços florestais.

3.4. TAXA DE ANALFABETISMO (1991 – 2001-2011)

Analisando os Censos de 1991, 2001 e 2011, verificamos que a taxa de analfabetismo (Mapa 8) diminuiu em todas as freguesias, sendo a freguesia de S. João Baptista aquela que apresenta menor taxa de analfabetismo (8,49%). No lado oposto surge a freguesia de Nª Senhora da Graça dos Degolados com uma taxa de 12,62%.

Relativamente às implicações DFCI poderemos considerar estes valores como um indicador que pode compensar algumas perdas que se verificam noutras áreas, pois uma população mais instruída, terá maior probabilidade de ser sensibilizada e consciencializada para evitar comportamentos de risco e atos de negligência.



Mapa nº 8 – Taxa de Analfabetismo

Fonte: INE, 2012

3.5. ROMARIAS E FESTAS

A celebração de festividades são normalmente datas de grande aglomeração de pessoas, que se deslocam ou regressam à sua terra. Este plano apenas incide sobre a DFCI, tentando apurar datas e locais merecedores de especial atenção de quem tem como tarefa prevenir a ocorrência de Incêndios Florestais.

Não é demais referir que o uso foguetes e outras formas de fogo, deve ser enquadrado conforme estipulado na legislação.

Relativamente a implicações DFCI, estes são acontecimentos relevantes a considerar e merecem fiscalização e vigilância atenta da parte das autoridades, dado que, algumas vezes, é nestas datas que



se iniciam alguns incêndios, quer por lançamento de fogo-de-artifício, quer por negligência das populações locais.

Analisando o quadro 7, verificamos que a maior parte das festas e romarias são no período estival, como seria de esperar.

Quadro 7 – Romarias e Festas no Concelho de Campo Maior

MÊS DE REALIZAÇÃO	DIA DE INÍCIO/FIM	FREGUESIA	LUGAR	DESIGNAÇÃO	OBS
Páscoa	6ª Feira Santa / 2ª Feira seguinte	S. João Baptista	Ermida de Nossa Senhora da Enxara – Ouguela	Romaria de Nossa Senhora da Enxara	Uso de Foguetes
Abril	24 / 25	Todas	C. Maior, Degolados e Ouguela	Comemorações do 25 de Abril	Uso de Foguetes
Junho	23	Nª. Srª. Expectação	Ermida de São Joãozinho	Romaria de São Joãozinho	
Agosto	1º Fim-de-semana	N. Srª. da G. de Degolados	Degolados	Festas em Honra de N. Srª. da G. dos Degolados	Uso de Foguetes
	15 / 17	S. J. Baptista e Nª. Srª. Expectação	Vila de Campo Maior	Feira de Santa Maria de Agosto	Uso de Foguetes
Cíclica Agosto / Setembro	Fim de Agosto princípio de Setembro	S. J. Baptista e Nª. Srª. Expectação	Vila de Campo Maior	Festas do Povo, das Flores ou dos Artistas	Uso de Foguetes

4. CARATERIZAÇÃO DA OCUPAÇÃO DO SOLO E ZONAS ESPECIAIS

Segundo o Corine Land Cover 2000 e Observando o Mapa 9 deste plano, verificamos que a ocupação do solo é composta essencialmente por terras agrícolas, tem espaços florestais disseminados a norte do Concelho. Existem também duas albufeiras e algumas pequenas barragens de terra.

Analisando o quadro 8, verificamos que a freguesia que tem mais floresta é São João Baptista e a freguesia com mais solo de uso agrícola é a de Nossa Senhora da Expectação, uma vez que o solo é

Informação de Base



pouco acidentado. De referir ainda que nas zonas de mato verificam-se grande áreas com sobreiral disperso. Em relação às superfícies aquáticas é a freguesia de São João Baptista e Nossa Senhora da Graça dos Degolados, que têm o maior valor pelo facto de serem abrangidas pela Albufeira do Caia e do Abrilongo respetivamente.

Relativamente às implicações DFCI poderá dizer-se que o concelho de Campo Maior, relativamente à segurança da população contra incêndios, não tem grandes dificuldades nem pontos críticos de proteção a esse nível.

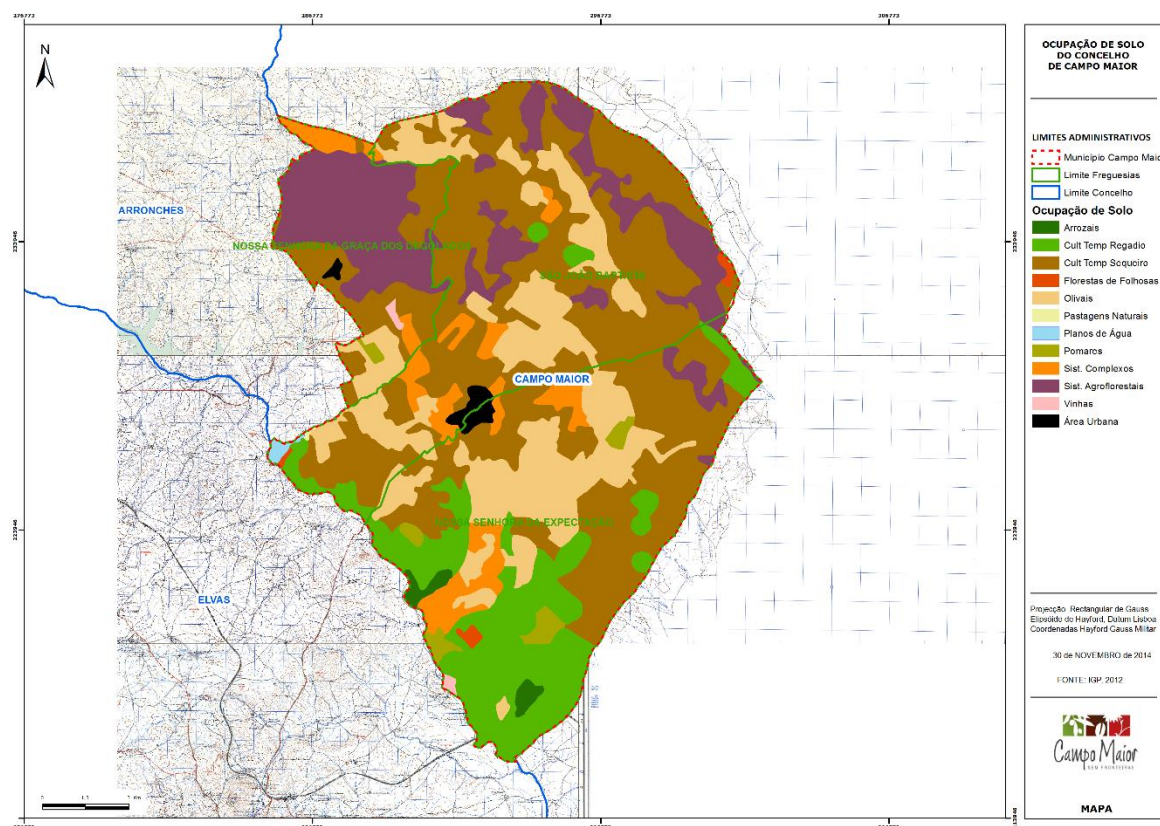
Para a análise da ocupação do solo do concelho de Campo Maior, foi utilizada a Corine Land Cover 2000.

4.1.OCUPAÇÃO DO SOLO

Ocupação do solo (ha) Freguesias	Áreas Sociais	Agricultura	Floresta	Incultos	Superfícies Aquáticas
Nossa Sr ^a da Expectação	25	10117	375	-	-
Nossa Senhora da Graça dos Degolados	12	2503	1045	12	-
S. João Baptista	73	7431	3098	-	35
TOTAL	110	20051	4518	12	35

Quadro nº 8 – Uso e Ocupação do Solo no Concelho de Campo Maior

Fonte: CLC, 2000



Mapa nº 9 – Ocupação de solo

Fonte: CLC, 2000

Podemos referir que as áreas agrícolas e florestais se distribuem pelo concelho construindo um mosaico que favorece as medidas de DFCI.

4.2. POVOAMENTOS FLORESTAIS

Observando o Mapa 10 deste plano, e segundo o Corine Land Cover 2000, o concelho de Campo Maior tem essencialmente montado de azinho e sobre como povoamentos florestais.

Analisando o quadro 9, verificamos que a azinheira é de longe a espécie florestal dominante no concelho de Campo Maior, seguida de outras folhosas, não havendo muito mais que dizer sobre os povoamentos florestais do concelho, sendo a sua composição muito homogênea.

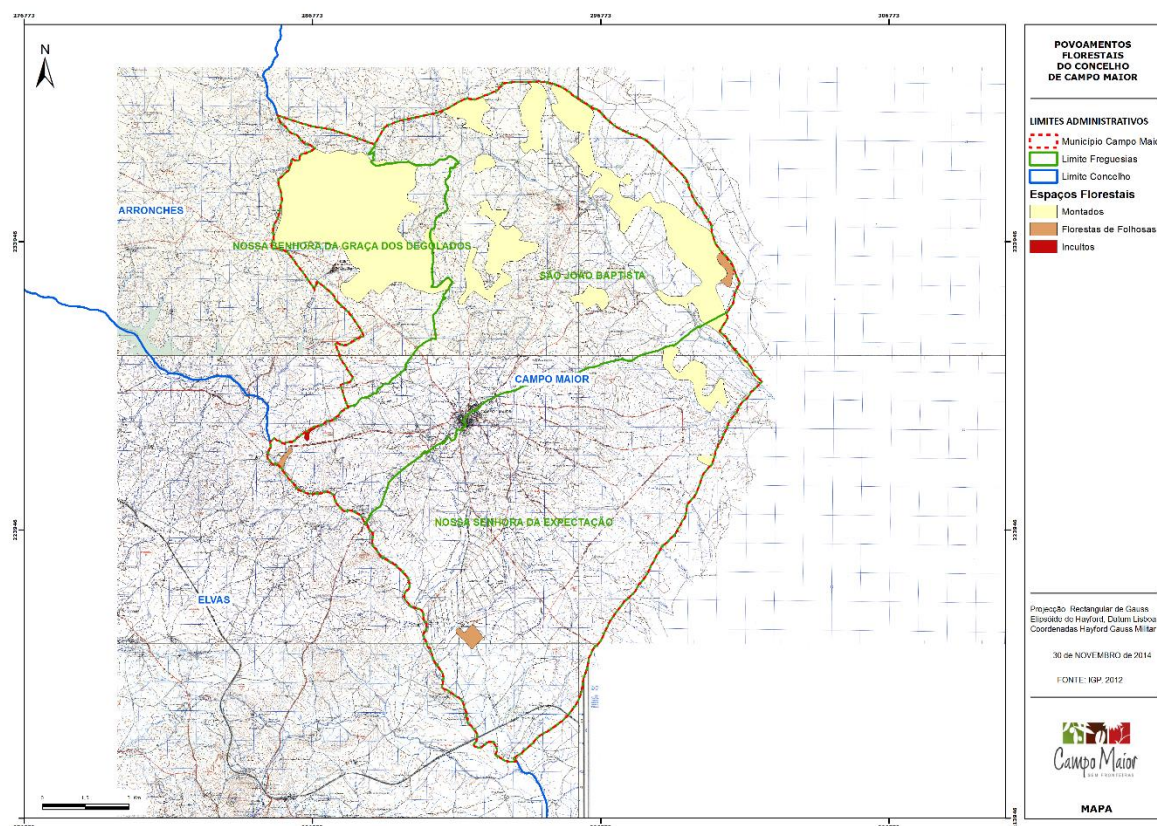


Freguesias	Área Florestal (ha)	Outras Folhosas (ha)	Eucalipto (ha)	Pinheiro (ha)	Azinheira (ha)
Nossa Srª da Expectação	375	-	51	-	324
Nossa Senhora da Graça dos Degolados	1045	-	18	-	1027
S. João Baptista	3098	118	8	16	2956
TOTAL	4518	118	77	16	4307

Quadro nº 9 – Distribuição das espécies florestais no Concelho de Campo Maior

Fonte: CLC 2000

Relativamente às implicações DFCl poderá dizer-se que o concelho de Campo Maior ao nível dos povoamentos florestais, no geral, não tem grandes dificuldades. É importante destacar no concelho, a parte Norte que merece uma especial atenção pelo facto de ter acessos um pouco mais difíceis e por serem povoamentos mais densos e uma área mais sensível que é importante preservar.



Mapa nº 10 – Povoamentos Florestais

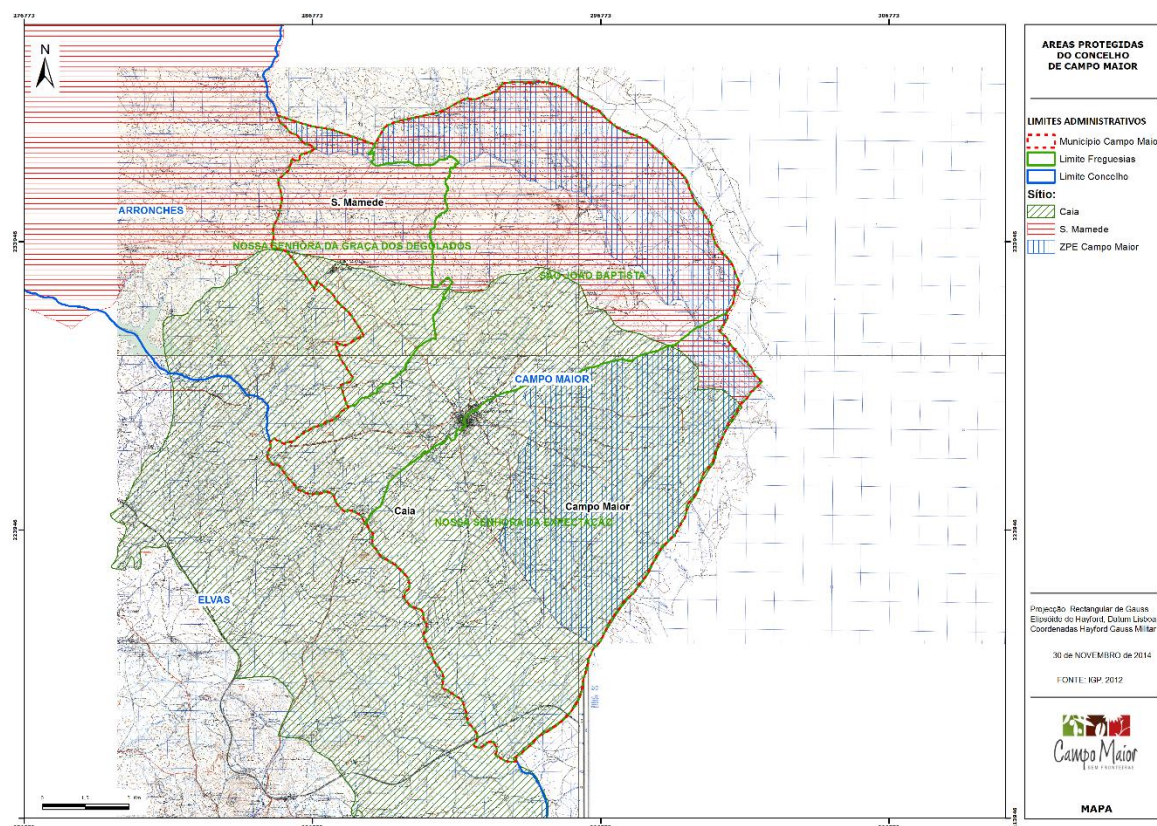
Fonte: COS, 2007

4.3. REDE NATURA 2000 E REGIME FLORESTAL

Observando o Mapa 10, deste caderno, e segundo a Corine Land Cover 2000, verificamos que o concelho de Campo Maior se encontra abrangido na sua totalidade na Rede Natura 2000.

De igual forma no concelho, destacamos ainda dentro da Rede Natura 2000, os Sítios de S. Mamede e Caia, bem como a ZPE de Campo Maior, que importa preservar pelas suas características naturais.

Relativamente às implicações DFCL poderá dizer-se que estas áreas serão, do ponto de vista concelhio problemáticas visto estarmos em presença de áreas protegidas e sensíveis no que concerne à preservação e conservação da Natureza, com todos o habitats que lhe estão associados.



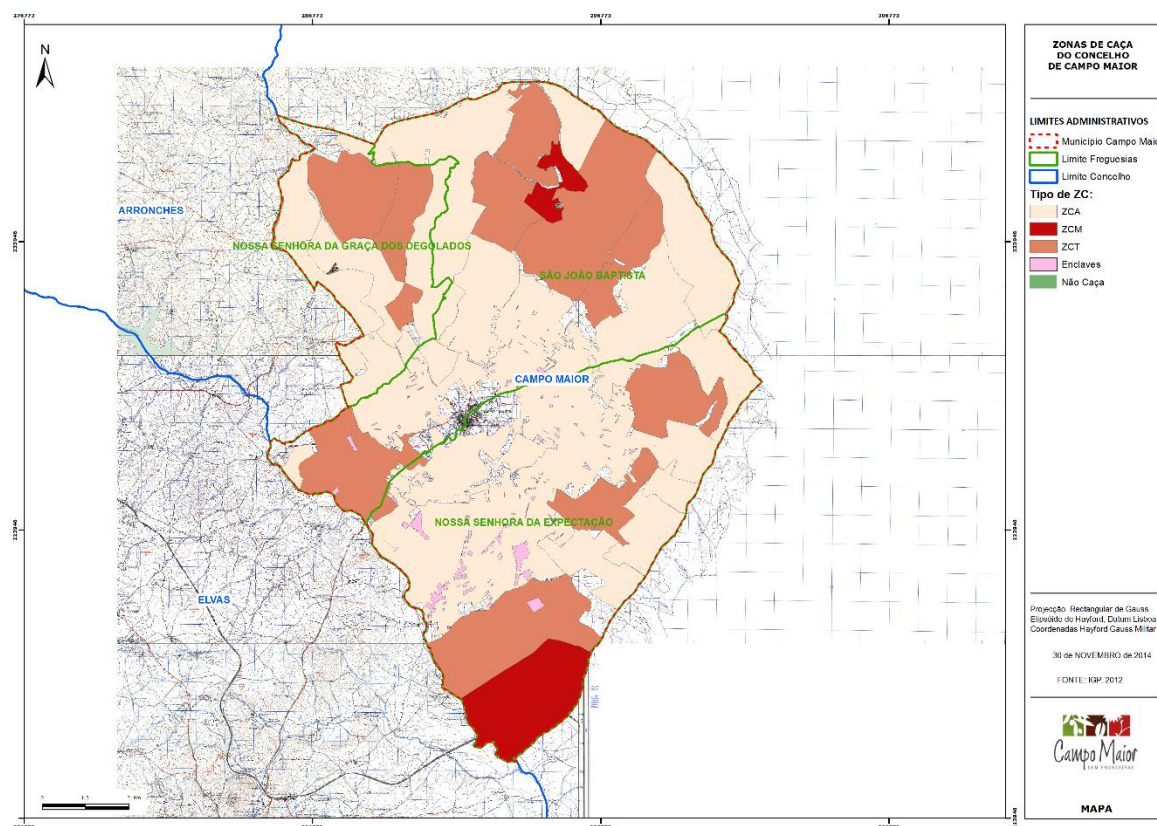
Mapa nº 10 – Áreas Protegidas

Fonte: ICNF, 2012

4.5. EQUIPAMENTOS FLORESTAIS DE RECREIO, ZONAS DE CAÇA E PESCA

Segundo dados do ICNF, estima-se que cerca de 90% da área do concelho esteja abrangida por equipamentos de recreio, zonas de caça e pesca (Mapa 11).

Em termos de implicações DFCl, podemos considerar esta situação como uma mais-valia, pois mais pessoas com interesse na exploração dos recursos, significa uma malha de vigilância e deteção alargada.



Mapa nº 11 – Zonas de Caça e Pesca

Fonte: ICNF, 2012

5. HISTÓRICO E CAUSALIDADE DOS INCÊNDIOS FLORESTAIS

Os incêndios florestais são fenómenos transversais do ponto de vista do impacto no território, não distinguindo áreas públicas de privadas, limites de propriedade ou região administrativa. O fator comum às áreas atingidas por um incêndio é a semelhança da gestão ou de ausência da mesma e, consequentemente, dos índices de biomassa e de risco de incêndio.

As condições meteorológicas desempenham um papel fundamental na ignição e propagação de um incêndio florestal. Em Portugal onde se verifica a coincidência da época mais seca do ano com a época mais quente, conjugam-se condições propícias à ignição e propagação dos incêndios, os quais são, na grande maioria, de origem antrópica intencional ou por negligência.



No entanto, devem ser igualmente contabilizadas a erosão provocada no solo, as alterações do ciclo hidrológico e as consequências na biodiversidade.

5.1. ÁREA ARDIDA E NÚMERO DE OCORRÊNCIAS (DISTRIBUIÇÃO ANUAL)

De acordo com os dados apurados pela ICNF, foram consideradas as ocorrências que tiveram lugar entre 1996 e 2014.

Ressalte-se que apesar de serem dados oficiais, não correspondem ao número total de incêndios ocorridos em meio rural, devido a diversas deficiências, como sejam classificação errada ou o levantamento rudimentar. Acrescente-se o desaparecimento generalizado dos dados referentes a incêndios agrícolas que aqui ocorrem com alguma frequência.

Reportando então aos dados disponíveis, o gráfico nº 7 mostra que o ano de 2010 foi o ano com maiores áreas de Incêndios, sendo o único ano do intervalo considerado em que arderam áreas superiores a 100 hectares.

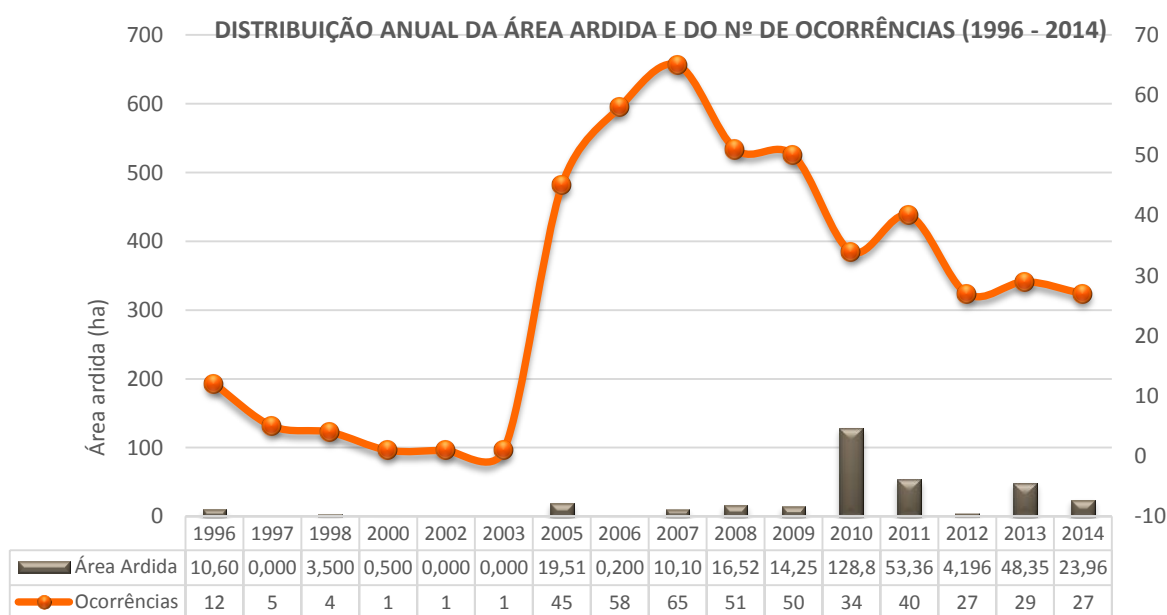


Gráfico nº 7 – Distribuição anual da área ardida e do nº de ocorrências (1996 – 2014)

Fonte: ICNF, 2014



De salientar que as áreas ardidas no concelho de Campo Maior se encontram abaixo da média nacional.

Note-se, no entanto, que existe muito combustível fino e as velocidades de propagação sobem bastante em relação ao tradicional incêndio florestal, pelo que a primeira intervenção assume aqui um papel fulcral.

Constata-se também que o número de ocorrências e a área ardida não são diretamente proporcionais, pois existem anos com mais ocorrências e menos área ardida e vice-versa.

O gráfico nº 8 expressa a distribuição da área ardida por freguesia, verificando-se que a freguesia de S. João Baptista é a freguesia com maior média de área ardida no quinquénio 2010 – 2014, com uma área ardida média de 2,7 ha, seguida de Nª Srª da Expectação e Nª Srª da Graça dos Degolados com uma área ardida média de 1,1ha.

DISTRIBUIÇÃO DA ÁREA ARDIDA E DO Nº DE OCORRÊNCIAS EM 2014 E MÉDIA DO QUINQUÉNIO 2010-2014, POR FREGUESIA

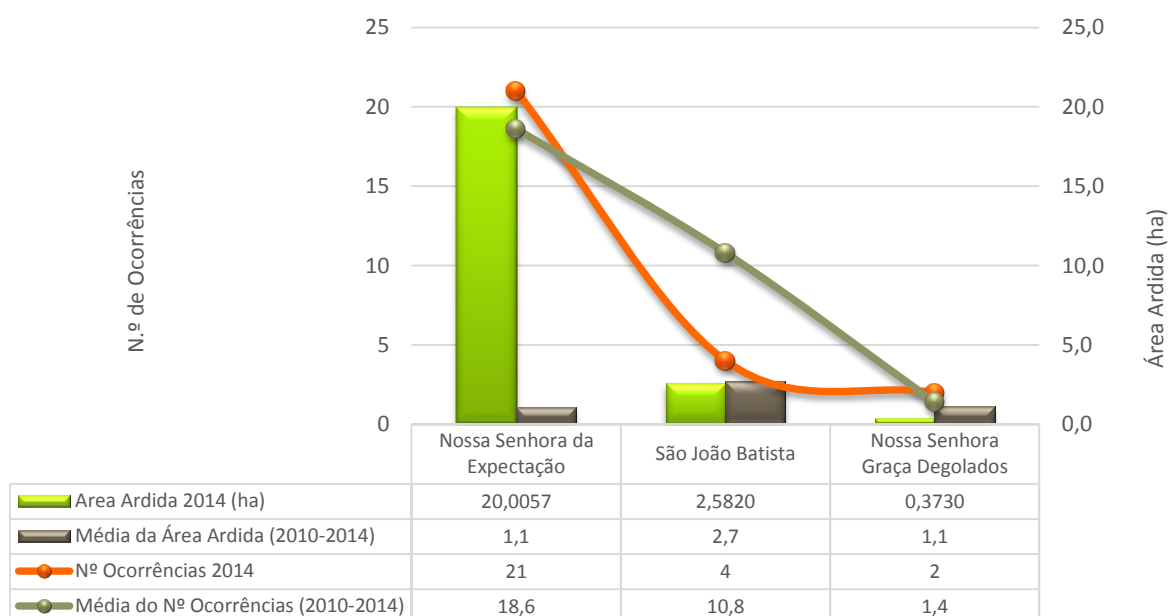


Gráfico nº 8 – Distribuição da área ardida e do nº de ocorrências (2010 – 2014), por Freguesia

Fonte: ICNF, 2014

Em 2014 a maior área ardida verificou-se na freguesia de Nª Srª da Expectação.

Informação de Base



Quanto ao número de ocorrências registadas no quinquénio 2010 – 2014, a freguesia de N^a Sr^a da Expectação apresenta uma média de 18,6 ocorrências por ano enquanto a freguesia de S. João Baptista tem uma média de 10,8 ocorrências, aparecendo com melhor média a freguesia de N^a Sr^a da Graça dos Degolados com 1,4 por ano

Neste quinquénio devem ser sublinhados dois fatores: O baixo número de ocorrências e a baixa área ardida, que entre outros indicadores deixam transparecer os frutos do investimento feito pelo Município de Campo Maior na prevenção estrutural, vigilância e primeira intervenção.

O gráfico nº 9, aborda a área florestal ardida por freguesia, revelando que na freguesia de N^a Sr^a da Expectação, ardem 5,27 hectares por cada 100, enquanto a freguesia de S. João Baptista tem uma média de 0,93 há por cada 100, aparecendo com melhor média a freguesia de N^a Sr^a da Graça dos Degolados com 0,15 de média de área ardida por espaço florestal.

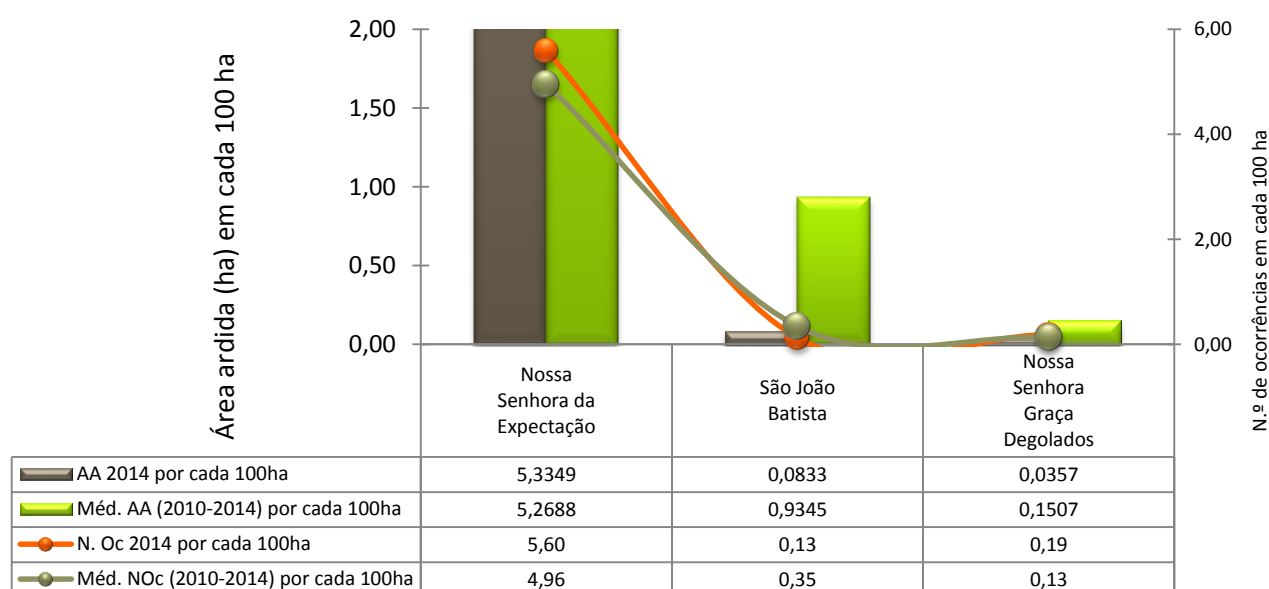


Gráfico nº 9 – Distribuição da área ardida e do nº de ocorrências em 2014 e média do quinquénio 2010- 2014 por espaços florestais em cada 100 ha, por Freguesia

Fonte: ICNF, 2014

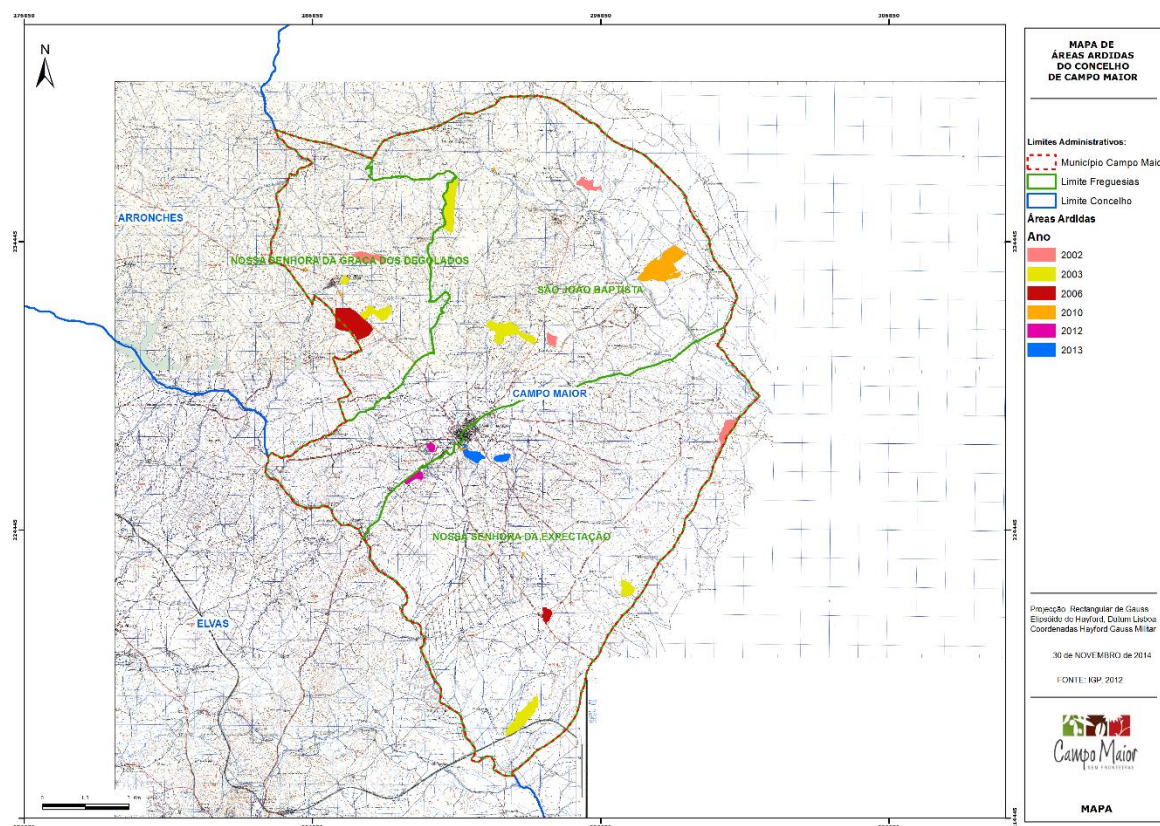


Relativamente a 2014, a área ardida por espaços florestais em cada 100ha foi de 5,33 que na freguesia de N^a Sr^a da Expectação, enquanto a freguesia de S. João Baptista teve 0,08ha, aparecendo com melhor média a freguesia de N^a Sr^a da Graça dos Degolados com 0,04 de área ardida por espaço florestal.

Quanto ao número médio de ocorrências por espaços florestais em cada 100ha, foi de 4,96 ocorrências para N^a Sr^a da Expectação, 0,35 para a freguesia de S. João Baptista e com a melhor média a freguesia de N^a Sr^a da Graça dos Degolados com 0,13 de média de ocorrências.

Relativamente ao número de ocorrências no ano 2014, os resultados são muito próximos das médias

Com o aumento do planeamento de DFCI e gestão florestal, nomeadamente com o recurso a uma base alargada de equipas de primeira intervenção e de sapadores florestais, que se vêm registando bons resultados, quer na diminuição da área ardida quer na diminuição do número de ocorrências registadas.



Mapa nº 11 – Área Ardida entre 2002 e 2014

Fonte: ICNF, 2014

Como conclusão, podemos afirmar que o ano de 2010 foi o pior ano em termos de incêndios no concelho de Campo Maior tendo ardido 128 hectares.

5.2. ÁREA ARDIDA E NÚMERO DE OCORRÊNCIAS (DISTRIBUIÇÃO MENSAL)

Neste capítulo é possível identificar quais os meses mais críticos e suscetíveis à ocorrência de incêndios, contribuindo para um melhor planeamento de DFCl.

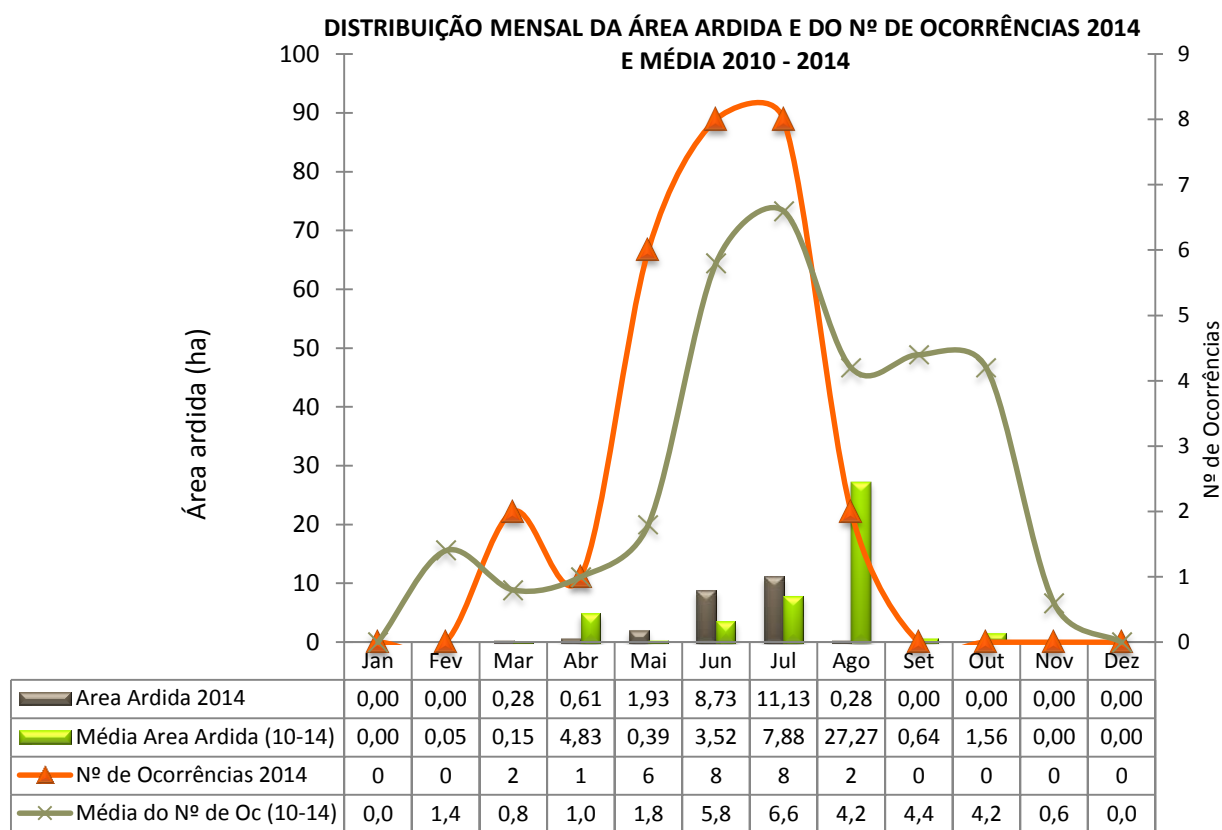


Gráfico nº 8 – Distribuição mensal da área ardida e do nº de ocorrências florestais em 2014, e média 2010-2014.

Fonte: ICNF, 2014

Com base no gráfico nº 8, podemos apontar o mês de Agosto seguido do mês de Julho como aqueles em que é consumida a maior parte da área ardida, sendo o mês de agosto de 2010 o grande responsável por este resultado. Quanto à média de ocorrências entre 2010 e 2014, ela atinge o seu valor máximo nos meses de junho e julho, onde existem 5,8 e 6,6 ocorrências de média. por ano.

Podemos então concluir que é no calor do Verão que ocorrem o maior número de incêndios e é consumida, quase em exclusivo, a área ardida, o que se justifica plenamente pois é também nesta altura que se cruzam as condições meteorológicas mais propícias à ignição dos incêndios.

Não é demais concluir que todos os trabalhos de DFCl devem ser realizados até final de Maio, para que nesta altura de condições adversas se venham a revelar como uma verdadeira mais-valia.



5.3. ÁREA ARDIDA E NÚMERO DE OCORRÊNCIAS (DISTRIBUIÇÃO SEMANAL)

Neste capítulo é possível identificar quais os dias da semana mais críticos e suscetíveis à ocorrência de incêndios, tentando estabelecer relações que elevem o estado de alerta e prontidão das equipes de vigilância, primeira intervenção e combate aos incêndios florestais.

Com base no gráfico nº 9, podemos dizer que o domingo é o dia da semana com a maior média de área ardida e média do número de ocorrências com 28,86ha e 6,0 ocorrências respectivamente. Em relação à área ardida em 2014 destacam-se a sexta e o sábado com 7,68ha e 7,42ha de área. Quanto ao nº de ocorrências no ano 2014 aparece a terça e o sábado com 6 ocorrências.

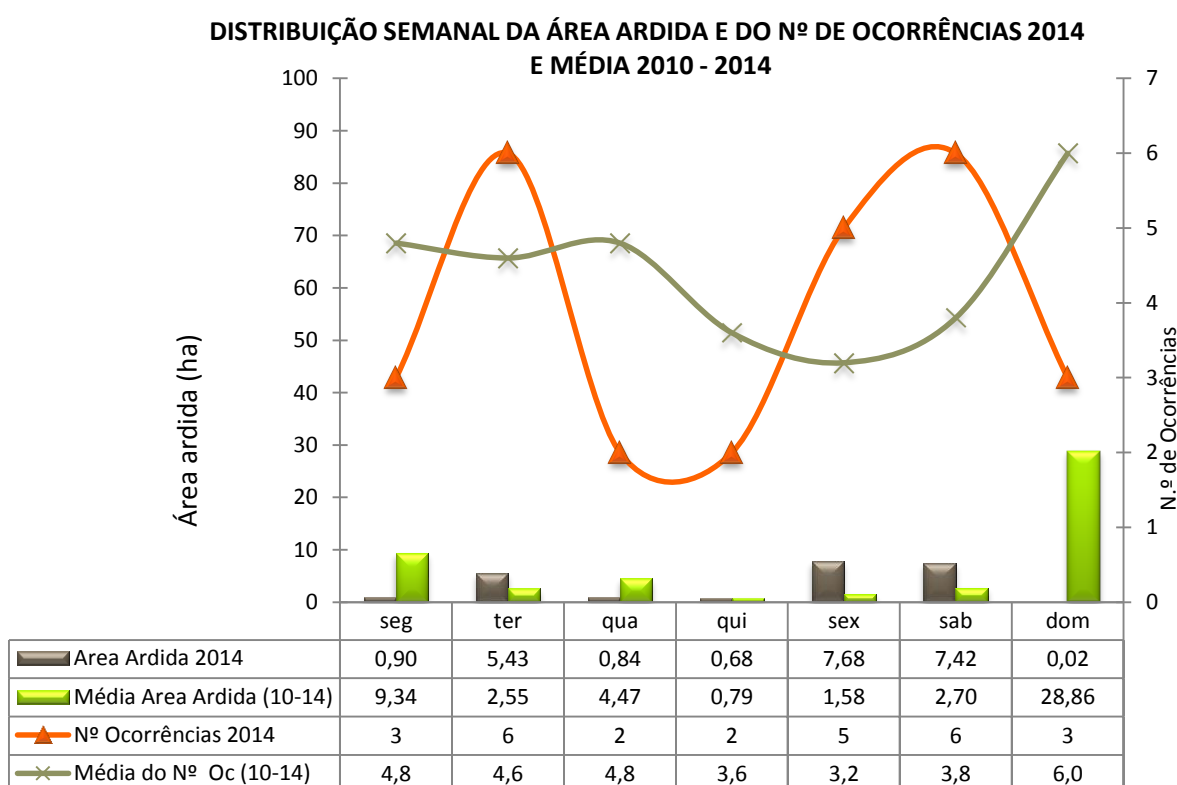


Gráfico nº 9 – Distribuição semanal da área ardida e do nº de ocorrências florestais 2010-2014

Fonte: ICNF, 2014



5.4. ÁREA ARDIDA E NÚMERO DE OCORRÊNCIAS (DISTRIBUIÇÃO DIÁRIA)

Neste capítulo é possível ficar com ideia dos dias mais críticos do ano em termos de ocorrências e área ardida no período entre 2010 e 2014.

Com base no gráfico nº 10, verifica-se que o dia 8 de agosto só por si é responsável por 44% da área ardida. Quanto ao número de ocorrências os dias mais críticos situam-se entre 1 de junho e 15 de Setembro, havendo ainda a realçar o mês de outubro que, nos anos em que o verão se prolonga, também se revela problemático. Sendo também, o mês de Outubro a época em que os agricultores dão início às queimadas e queimas de sobranes.

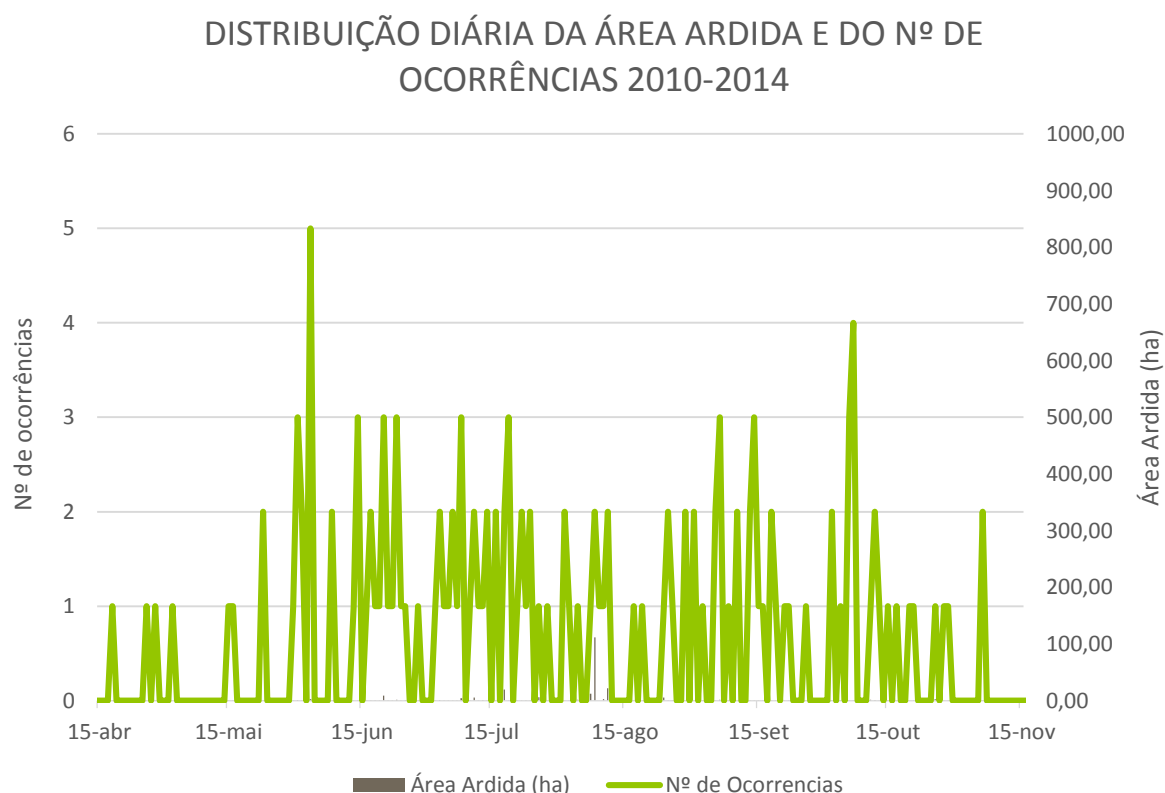


Gráfico nº 10 – Distribuição dos valores diários acumulados da área ardida e do nº de ocorrências florestais (2010–2014)

Fonte: ICNF, 2014



5.5. ÁREA ARDIDA E NÚMERO DE OCORRÊNCIAS (DISTRIBUIÇÃO HORÁRIA)

Neste capítulo é possível identificar quais as horas do dia mais suscetíveis à ocorrência de incêndios, estabelecendo indicadores para o planejamento da atividade das equipes de vigilância, primeira intervenção e combate aos incêndios rurais.

Com base no gráfico nº 11, podemos concluir que os incêndios que consumiram maior área no período 1996-2013, tiveram início entre as 11 e as 18 horas.

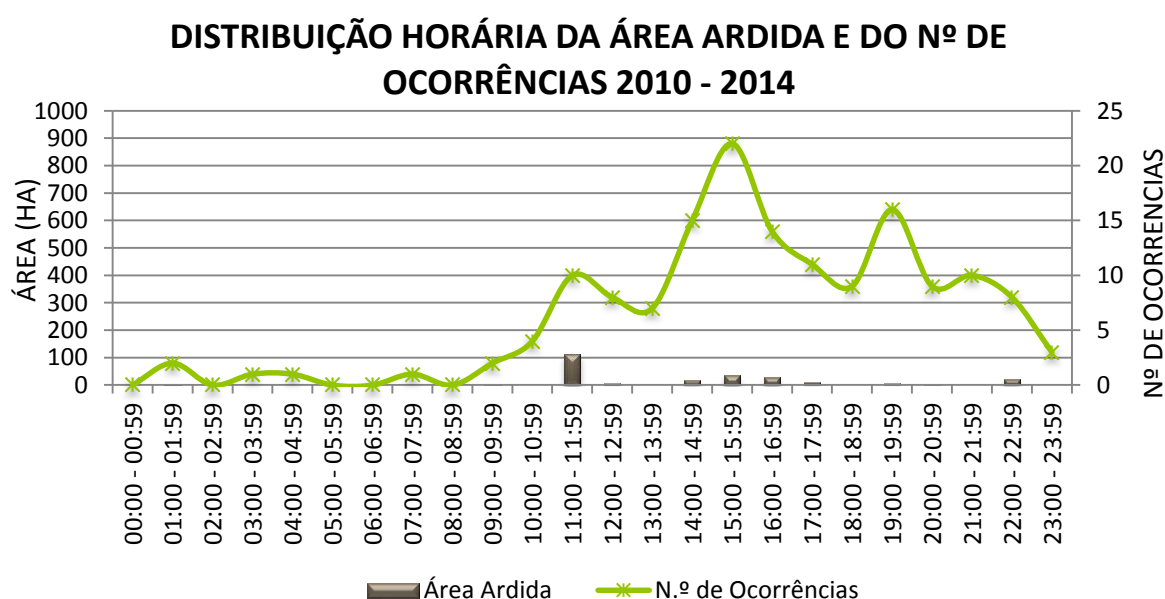


Gráfico nº 11 – Distribuição horária da área ardida e do nº de ocorrências florestais (1996 – 2014)

Fonte: ICNF, 2014

Relativamente ao número de incêndios, a maior parte deles tem início entre as 11 e as 21 horas, sendo o período entre as 14 e 18 horas o principal responsável pelos resultados obtidos, representando cerca de 40% dos incêndios registrados.



Podemos concluir que há uma relação direta entre o período do dia com temperaturas mais elevadas e menor humidade relativa, e a quase totalidade dos incêndios registados, pois é neste intervalo de tempo que deve fazer incidir a ação das equipas de vigilância, primeira intervenção e combate aos incêndios florestais.

5.6. ÁREA ARDIDA EM ESPAÇOS FLORESTAIS

No período entre 2010 e 2014, os incêndios florestais afetaram maioritariamente povoamentos florestais, sendo o ano de 2010 responsável pela perda de 34,00 hectares de povoamentos conforme explicita o gráfico nº 12.

Neste período as áreas consumidas foram relativamente baixas comparativamente com a realidade nacional.

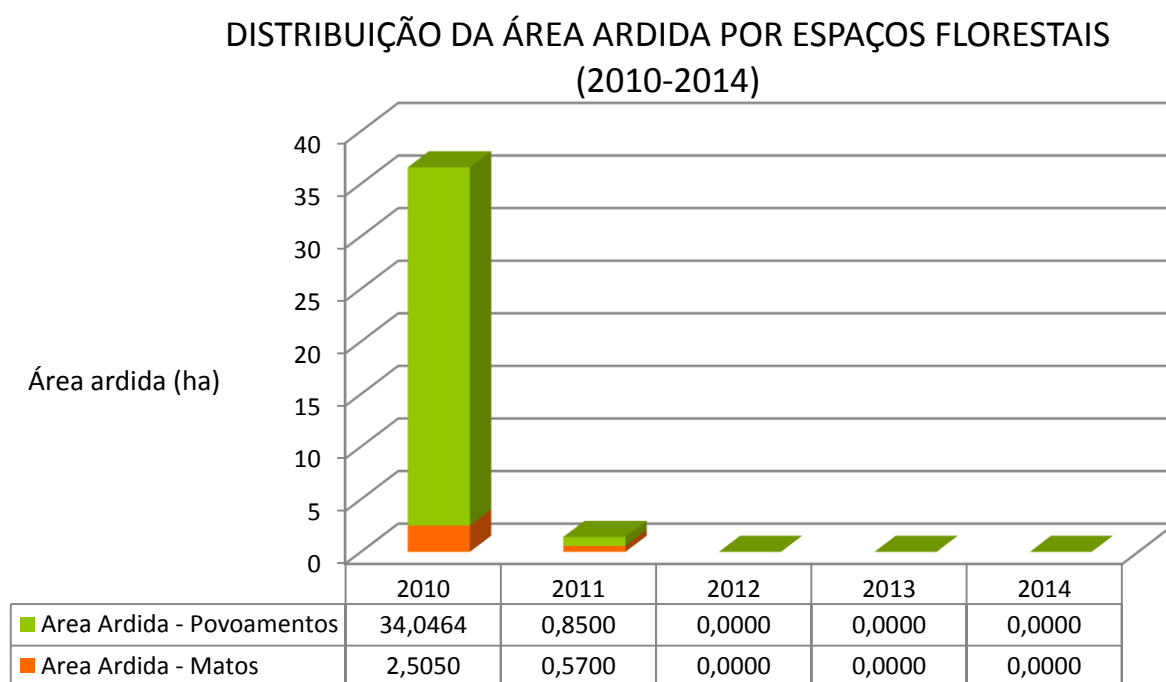


Gráfico nº 12 – Distribuição da área ardida em espaços florestais (2010 – 2014)

Fonte: ICNF, 2014

5.7. ÁREA ARDIDA E NÚMERO DE OCORRÊNCIAS POR CLASSES DE EXTENSÃO

O gráfico nº 13 relaciona a área ardida com o número de ocorrências por classes de extensão no período entre 2010 e 2014. Da sua análise é possível inferir que cerca de 84% dos incêndios têm área inferior a 1 hectare.

No mesmo período de tempo (2010-2014), há a registar o facto de existir 1 incêndio com área superior a 100 hectares.

DISTRIBUIÇÃO DA ÁREA ARDIDA E DO Nº DE OCORRÊNCIAS POR CLASSES DE EXTENSÃO (2010-2014)

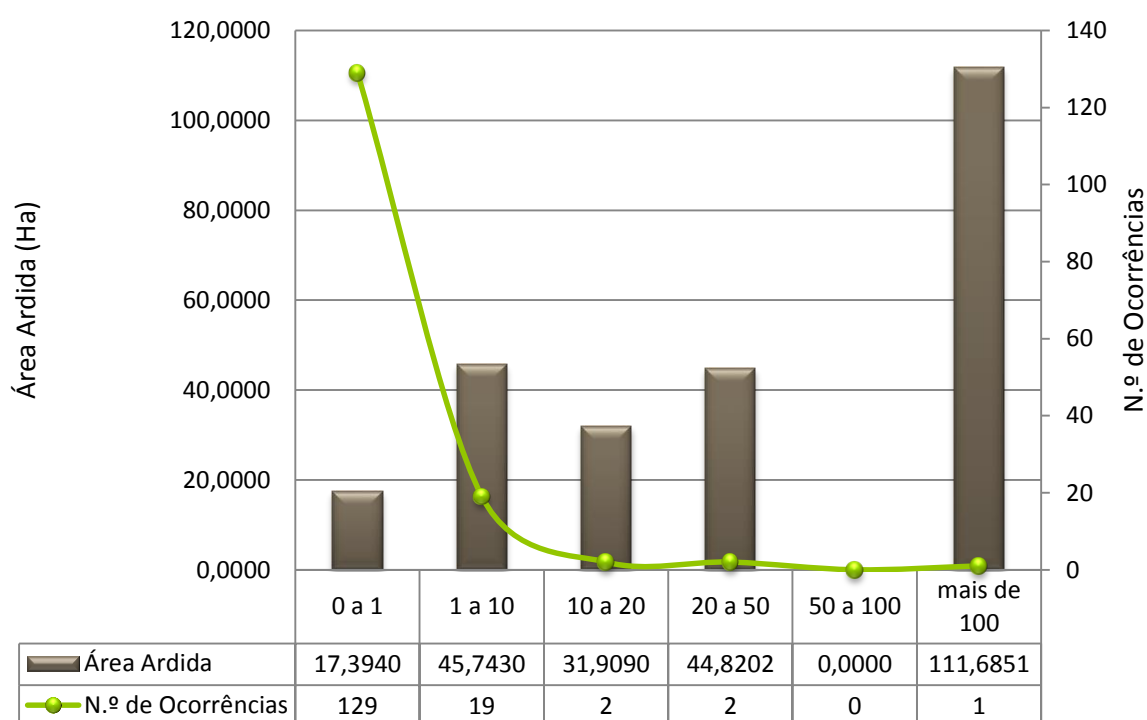


Gráfico nº 13 – Distribuição da área ardida e do número de ocorrências por classes de extensão (2010 – 2014)

Fonte: ICNF, 2014

Perante os dados, é possível concluir que a primeira intervenção tem desempenhado muito bem o seu papel, pois aproximadamente 97% dos incêndios atingem uma dimensão inferior a 10 hectares.



5.8. PONTOS PROVÁVEIS DE INÍCIO E CAUSAS

No período entre 2010 e 2014 num universo de 139 incêndios, destacam-se as causas indeterminadas associadas ao uso do fogo aparecendo depois as causas outras situações dolosas, Queimas de Lixo – atividades clandestinas e as queimadas – limpeza de solos agrícolas. As causas uso de maquinaria e equipamento bem como linhas elétricas aparecem numa escala mais pequena (Quadro 10).

Freguesia	Causas	Nº de Incêndios Investigados	Total de Incêndios
Nossa Senhora da Expectação	114 - Queima de Lixo - Atividades Clandestinas	3	82
	115 - Queima de Lixo - Núcleos Hab. Permanentes	7	
	121 - Queimadas - Limpeza de Solo Agrícola	6	
	124 - Borralheiras	2	
	129 - Queimadas Outras	3	
	211 - Linhas Elétricas	2	
	212 - Transp. Comunic. Caminho Ferro	1	
	221 - Alfaías agrícolas	2	
	222 - Soldaduras - Maquinarias	2	
	227 - Outras máquinas e equipamentos	1	
	236 - Outras Causas Acidentais	1	
	449 - Outras situações dolosas	8	
	610 - Indeterminada	43	
	630 - Indeterminada - outras informações	1	
	<i>Sub-Total</i>	82	
São João Batista	121 - Queimadas - Limpeza de Solo Agrícola	5	50
	124 - Borralheiras	3	
	129 - Queimadas Outras	1	
	152 - Fumar - Em Circulação Motorizada	2	
	211 - Linhas Elétricas	2	
	221 - Alfaías agrícolas	3	
	227 - Outras máquinas e equipamentos	1	
	610 - Indeterminada	33	
	<i>Sub-Total</i>	50	
Nossa Senhora Graça Degolados	213 - Transp. Comunic. - Tubos de Escape	1	7
	449 - Outras situações dolosas	1	
	610 - Indeterminada	5	
	<i>Sub-Total</i>	7	

Quadro nº 10 – Total de incêndios e causas por Freguesia (2010 – 2014)

Fonte: ICNF, 2014



5.9. FONTES DE ALERTA

De acordo com o gráfico nº 14, verificamos que quase que a totalidade dos incêndios no concelho (99%) foram detetados pelos populares que ligam para os corpos de bombeiros. O número 117 representa apenas 1%. das fontes de alerta.

DISTRIBUIÇÃO DE N.º DE OCORRÊNCIAS POR FONTE DE ALERTA (2010-2014)

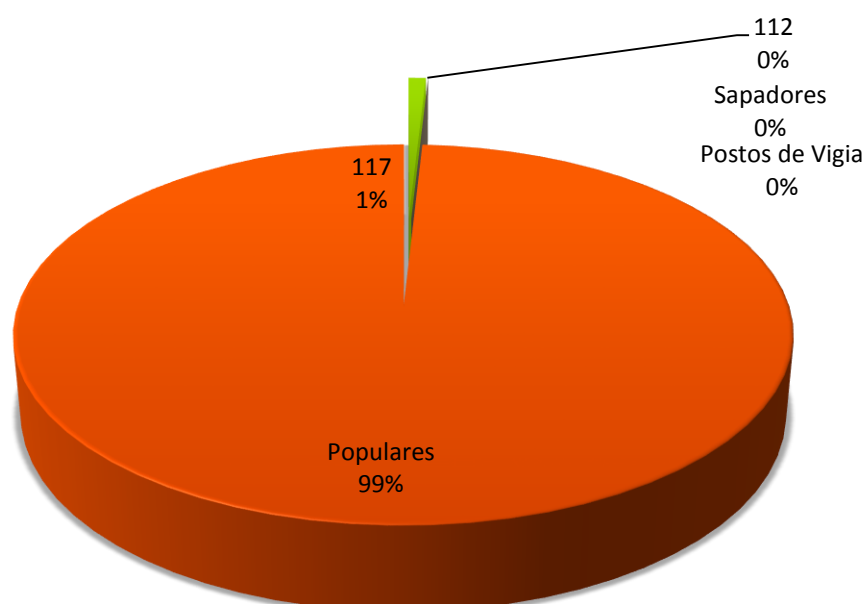


Gráfico nº 14 – Distribuição do número de ocorrências por fontes de alerta (2010-2014)

Fonte: ICNF, 2014

Passando ao gráfico nº 15, que tem como objetivo avaliar a distribuição do número de ocorrências por fonte e por hora de alerta entre 2010 e 2014, é possível verificar que é entre as 14 e as 17 horas e entre as 19 e as 21 horas que são detetadas a maior parte das ocorrências, e que os populares são a principal fonte de alerta que contribui para a estatística das deteções.



DISTRIBUIÇÃO DO Nº DE OCORRÊNCIAS POR FONTE E HORA DE ALERTA (2010-2014)

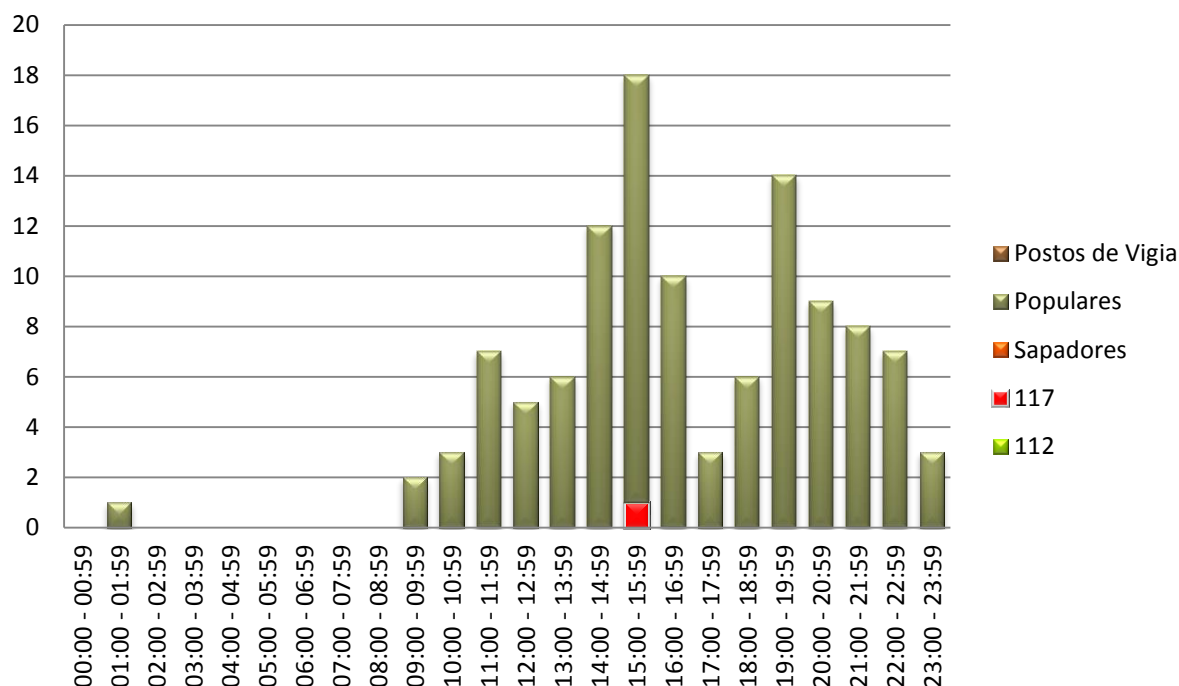


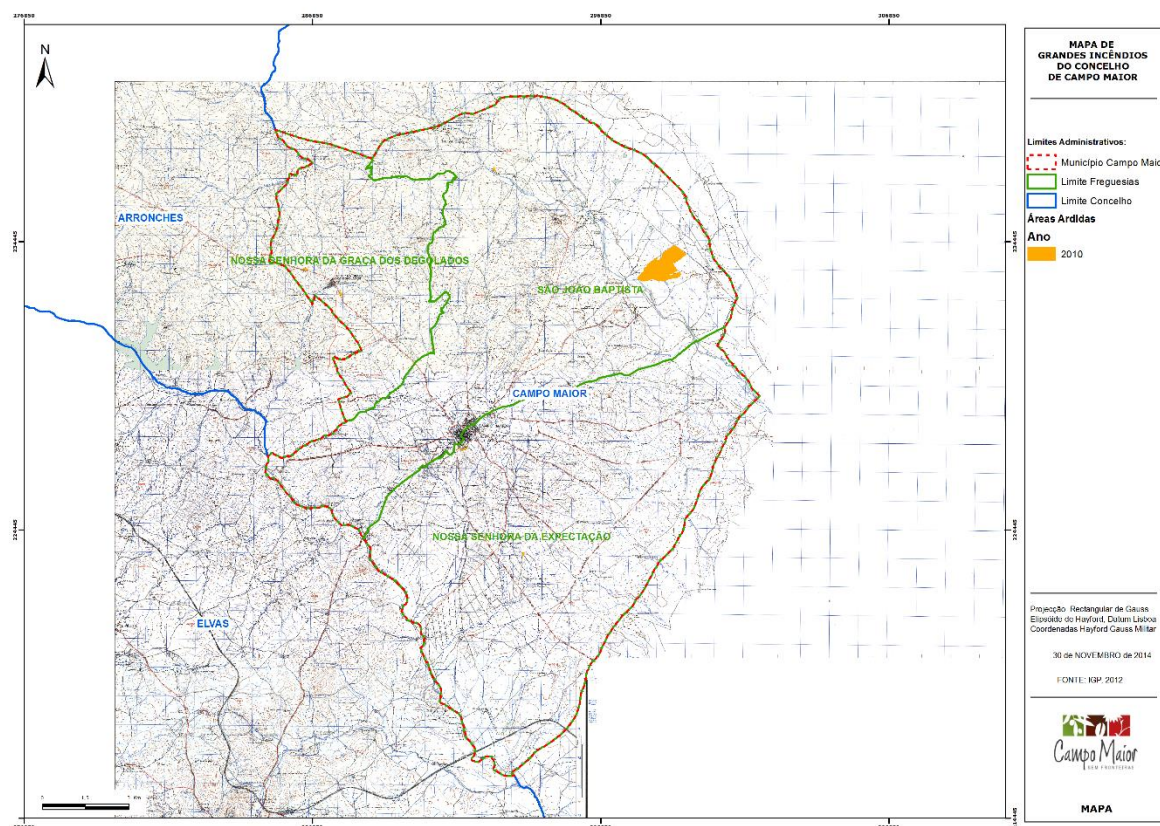
Gráfico nº 14 – Distribuição do número de ocorrências florestais por fonte e hora de alerta (2010-2014)

Fonte: ICNF, 2014

5.10. GRANDES INCÊNDIOS (ÁREA > 100HA) – DISTRIBUIÇÃO ANUAL

Os grandes incêndios necessitam normalmente de condições meteorológicas especiais para evoluírem, e como se sabe, as alterações climáticas que se estão a verificar caminham no sentido da evolução para episódios meteorológicos extremos, o que deverá criar cada vez mais condições meteorológicas favoráveis à ocorrência de grandes incêndios. Assim sendo a única variável passível de ser trabalhada é a prevenção estrutural.

Os registos entre 1996 e 2014 dão-nos conta da existência de 1 incêndio (Mapa 12).



Mapa nº 12 – Grandes Incêndios

Fonte: ICNF, 2014

De acordo com o gráfico nº 15, desde 1996 até 2014 ocorreu apenas 1 incêndio com área superior a 100 hectares, tendo sido registado em 2010.

Observando a existência de apenas 1 registo nos últimos anos e tendo em conta as condições meteorológicas severas que têm dominado os verões podemos concluir que o dispositivo de combate têm dado uma resposta adequada no concelho de Campo Maior.

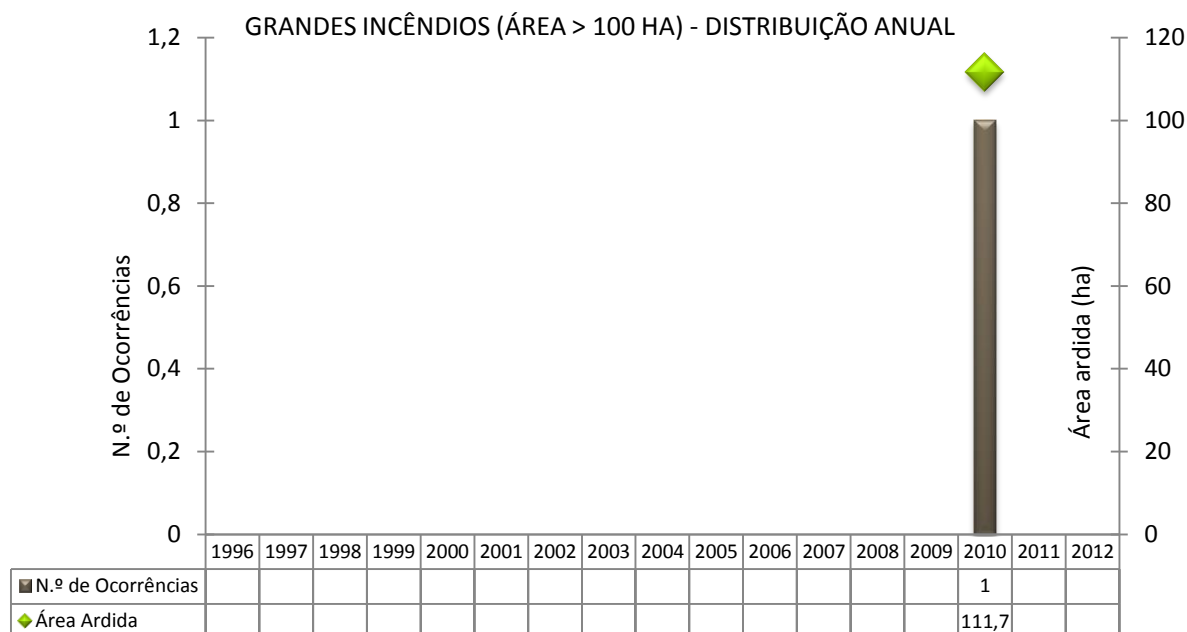


Gráfico nº 15 – Distribuição anual da área ardida e do número de ocorrências de grandes incêndios (1996 – 2014)

Fonte: ICNF, 2014

O quadro nº 11 estabelece a distribuição anual do número de grandes incêndios por classes de área.

Ano	Classes de Área (ha)			Total
	100 - 500	>500 - 1000	>1000	
2007				
2008				
2009				
2010	1			1
2011				
2012				1
Total	1			

Quadro nº 11 – Distribuição anual do número de grandes incêndios por classes de área (1996 – 2014)

Fonte: ICNF, 2014

5.11. GRANDES INCÊNDIOS (ÁREA> 100HA) – DISTRIBUIÇÃO MENSAL

Os registos entre 1996 e 2014 dão-nos conta da ocorrência de 1 incêndios com área superior a 100 hectares, nos últimos 19 anos.



O gráfico nº 16 mostra que o incêndio foi no mês de Agosto, o que não é surpreendente, tendo em conta as condições meteorológicas registadas nesta altura do ano.

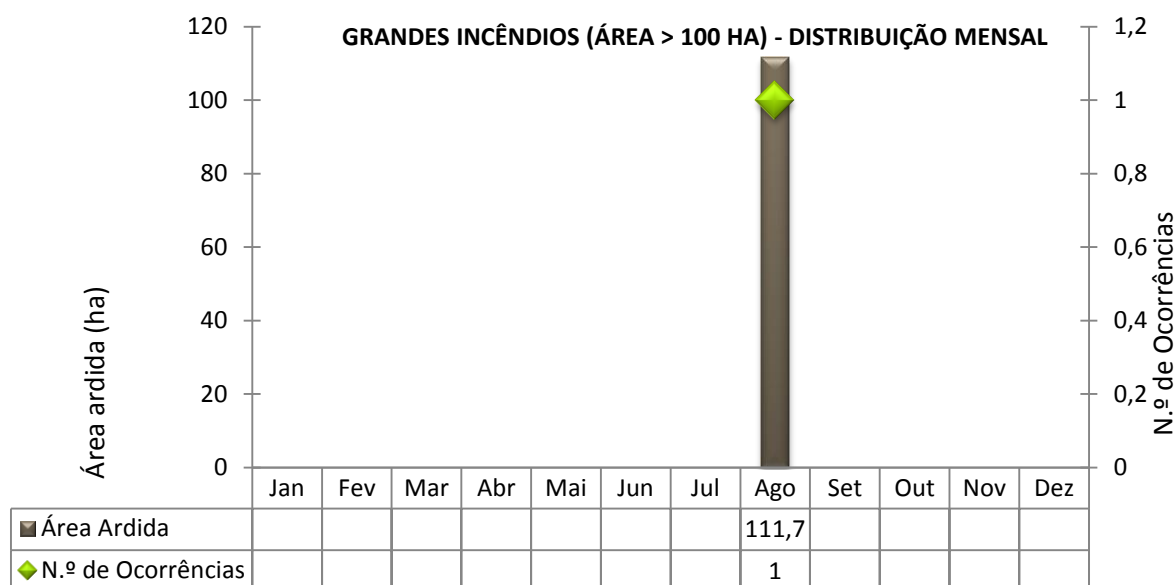


Gráfico nº 16 – Distribuição mensal da área ardida e do número de ocorrências de grandes incêndios (1996 – 2014)

Fonte: ICNF, 2014

Refira-se, que o facto de existir apenas 1 ocorrência limita as conclusões que se poderão tirar num estudo deste tipo.

5.12. GRANDES INCÊNDIOS (ÁREA> 100HA) – DISTRIBUIÇÃO SEMANAL

Os registos entre 1996 e 2014 dão-nos conta da ocorrência de 1 incêndios com área superior a 100 hectares, nos últimos 19 anos.

O gráfico nº 17 mostra o dia da semana deste incêndio, e verifica-se que ocorreu num Domingo. Tal distribuição não constitui um padrão passível de retirada de conclusões.

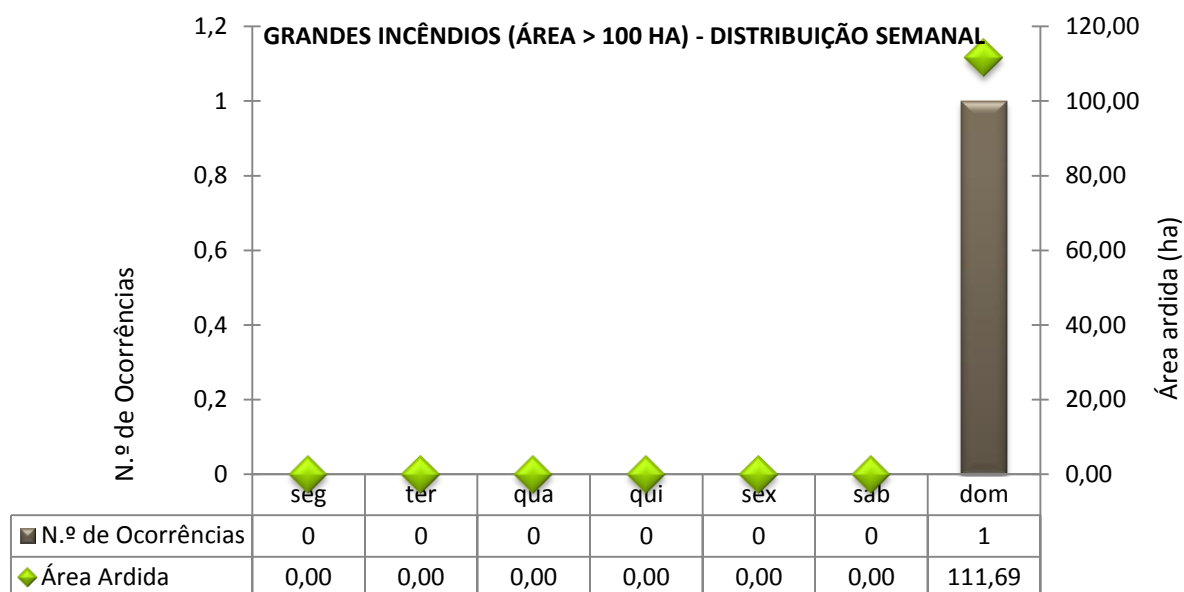


Gráfico nº 17 – Distribuição semanal da área ardida e do número de ocorrências de grandes incêndios (1996 – 2014)

Fonte: ICNF, 2014

5.13. GRANDES INCÊNDIOS (ÁREA> 100HA) – DISTRIBUIÇÃO HORÁRIA

Os registos entre 1996 e 2014 dá-nos conta da ocorrência de 1 incêndio com área superior a 100 hectares, nos últimos 19 anos.

O gráfico nº 18 mostra a distribuição deste incêndio no período do dia, e conclui-se que ocorreu no intervalo crítico compreendido entre as 11 e as 20 horas.

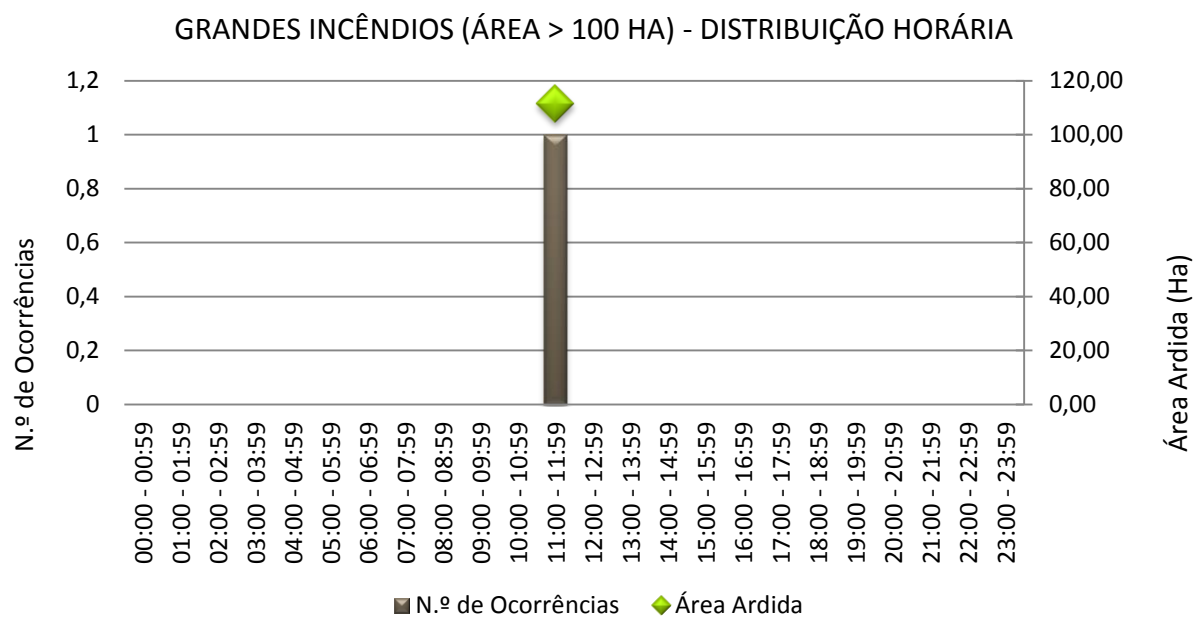


Gráfico n.º 18 – Distribuição horária da área ardida e do número de ocorrências de grandes incêndios (1996 – 2014)

Fonte: ICNF, 2014